

UNIVERSIDADE ABERTA



**PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
AS HORTAS COMUNITÁRIAS DE CASCAIS**

Sónia Ramos Barata

MESTRADO EM CIDADANIA AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO

2017

UNIVERSIDADE ABERTA



**PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
AS HORTAS COMUNITÁRIAS DE CASCAIS**

Sónia Ramos Barata

MESTRADO EM CIDADANIA AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO

Dissertação de Mestrado orientada pela Professora Doutora Rosana de Lemos de Sousa
Albuquerque e o Professor Doutor João Miguel Custódio Ferrão Neto Simão

2017

Resumo

A literatura existente sobre o fenómeno de hortas urbanas tem-se debruçado essencialmente sobre o seu contributo para a sustentabilidade das cidades e sobre a importância ambiental deste tipo de iniciativas. A nível internacional, as atenções têm-se centrado na relação da agricultura urbana com a alimentação e no seu potencial de combate às alterações climáticas e em tornar as cidades mais resilientes.

A questão que se coloca é a de compreender o processo de participação em programas de hortas urbanas de carácter comunitário e relacionar essa mesma participação com a promoção da sustentabilidade local. O que motiva os cidadãos a participar, como participam e quais os resultados dessa participação são as questões centrais que iremos abordar. Em termos metodológicos, o presente estudo recorre à análise qualitativa através do desenvolvimento de um estudo de caso. As entrevistas semi estruturadas aos utilizadores dos espaços hortícolas foram o principal método de recolha de dados, sendo posteriormente objeto de análise de conteúdo.

Encarada como um processo, examinamos a participação no programa de hortas comunitárias de Cascais através de uma análise às entradas (*inputs*), ao próprio processo em si e aos resultados (*outputs*) da participação. Para além de identificar as motivações dos utilizadores e a forma como participam, centramos nossa atenção nos resultados da participação, com incidência ao nível do empoderamento comunitário, da promoção de uma cidadania mais ativa e o seu contributo para a criação de capital social, constituindo esta abordagem a parte inovadora desta pesquisa.

Concluimos que a participação neste tipo de projetos gera efeitos bastante positivos para a sustentabilidade local. O reforço das relações sociais, a promoção da coesão e inclusão social desenvolvidos ao longo na participação facilitam o estreitamento das relações de vizinhança. Mais, ao favorecerem a aquisição de competências, estimulam a cidadania e a participação em outros projetos comunitários, contribuindo assim para empoderar os participantes e criando um cenário favorável à geração de capital social.

Palavras-Chave: Participação, hortas comunitárias, desenvolvimento sustentável, capital social, empoderamento

Abstract

The literature on urban gardens has focus essentially on its contribution to cities sustainability and the environmental benefits of this type of projects. At international level, the attentions have been centered on its relation to urban agriculture and food issues and its potential to face climate changes and its role in making more resilient cities. The main purpose of this investigation is to understand the participation process in community urban garden projects and to relate that participation with local sustainability. What motivates citizens to participate, how they participate and which are the results of that participation are the main questions that we discuss in this paper.

Methodologically, our case study uses qualitative analysis and semi structured interviews, that were object of content analysis.

Understood as a process, we examine the participation in the Cascais community garden project, by identifying the inputs, the process and the outputs of participation. We identify the motivations of the participants, the way they participate and the results of that participation with a closer look to its potential to promote community empowerment, active citizenship and its contribution to generate social capital, considering this, the innovation of this research.

We conclude from our research that participation in this kind of projects can generate positive effects on local sustainability. The strengthening of social relations, the promotion of social inclusion and cohesion that occurs when people participate, facilitate neighborhood relations. More, by promoting knowledge and the acquisition of skills, stimulate citizenship and participation in other community projects contributing to the empowerment of citizens, creating a good scenario for the generation of social capital.

Keys Words: Participation, community gardens, sustainable development, social capital, empowerment

Agradecimentos

Primeiramente um agradecimento à professora Rosana Albuquerque e ao professor João Simão, pelo apoio, orientação e encorajamento ao longo de todo o processo.

Aos entrevistados, que gentilmente partilharam a sua experiência no projeto, quase sempre de forma apaixonada e contagiante e, à Cascais Ambiente pela abertura e empenho na facilitação dos contactos e disponibilização de informação.

Aos meus pais António e Fernanda, por sempre confiarem e acreditarem; ao meu irmão, pelo estímulo constante; ao Marco e à rede (de apoio) de colegas de trabalho, alunos da USIAMS, amigos e restante família que acompanharam o percurso e que em certos momentos sentiram as minhas ausências.

A todos, obrigada.

Índice

	<i>Pág.</i>
Introdução	1
Parte I Enquadramento teórico	6
1.1 Agricultura urbana e hortas comunitárias: exploração de conceitos	7
1.2 Hortas comunitárias e participação	13
1.2.1 Capital social e empoderamento no contexto da participação em programas de hortas comunitárias	20
1.2.2 A participação em programas de hortas comunitárias e a promoção da cidadania	26
1.3 Hortas comunitárias e desenvolvimento sustentável	28
Parte II Estudo de Caso: O programa de hortas comunitárias de Cascais	37
2.1. Contexto do programa de hortas comunitárias de Cascais	38
2.1.1 Enquadramento do programa nas políticas locais de sustentabilidade	38
2.1.2 Caracterização do programa	40
2.1.3 Caracterização dos espaços hortícolas	44
2.2 Modelo de análise	49
2.2.1 Apresentação do tema	49
2.2.2 Questão de partida e objetivos	50
2.3 Metodologia	53
2.3.1 Investigação qualitativa	53
2.3.2 Estudo de caso	53
2.3.3 Recolha de dados	54
2.3.3.1 Pesquisa documental	54
2.3.3.2 Inquéritos por entrevista	55
2.3.3.3 Amostra	57
2.3.3.4 Análise das entrevistas	60
Parte III Resultados da Investigação: O Processo de Participação	62
3.1 Porque é que os utilizadores participam? Análise aos <i>inputs</i> da participação	63
3.1.1 Recursos, envolvimento e recrutamento	67

3.1.2	Motivações para a participação	70
3.1.2.1	Gosto pelo contacto com a natureza	71
3.1.2.2	Melhoria da qualidade dos produtos alimentares	73
3.1.2.3	Melhoria da economia doméstica	75
3.1.2.4	Ocupação de tempo livre	76
3.1.2.5	Transmissão de conhecimento	76
3.1.2.6	Tradição cultural ou familiar	78
3.1.3	Benefícios esperados com a participação	79
3.1.3.1	Melhoria da alimentação familiar	80
3.1.3.2	Melhoria da economia doméstica	81
3.1.3.3	Convívio	82
3.1.3.4	Estilo de vida mais saudável e melhoria da qualidade de vida	83
3.2	Como é que os utilizadores participam? Análise ao processo de participação	84
3.2.1	O processo de participação	84
3.2.2	Perceção acerca das dimensões da participação	88
3.2.2.1	Perceção dos ganhos individuais da participação no projeto	88
3.2.2.2	Perceção dos ganhos da participação no projeto para os utilizadores	90
3.2.2.3	Perceção dos ganhos da participação no projeto para a comunidade	93
3.3	Os resultados da participação: Análise aos <i>outputs</i> da participação	96
3.3.1	Capital social	96
3.3.2	Empoderamento	101
3.3.3	Cidadania	103
3.4	Súmula dos resultados	106
	Conclusões	109
	Referências Bibliográficas	113
	Anexos	119

Índice de quadros e figuras

Quadros	Pág.
Quadro 2.1 Caracterização dos espaços hortícolas	48
Quadro 2.2 Objetivos	52
Quadro 2.3 Caracterização dos utilizadores do programa entrevistados	59
Quadro 2.4 Sistema de categorização inicial	64
Quadro 2.5 Sistema de categorização final	65
Quadro 3.1 Recursos dos(as) entrevistados(as)	69

Figuras	Pág.
Figura 2.1 Horta Comunitária do Outeiro de Polima	45
Figura 2.2 Horta Comunitária do Outeiro de Polima	45
Figura 2.3 Horta Comunitária Pinhal dos Navegadores	46
Figura 2.4 Horta Comunitária Pinhal dos Navegadores	46
Figura 2.5 Horta Comunitária Quinta dos Lombos	46
Figura 2.6 Horta Comunitária Quinta dos Lombos	46
Figura 2.7 Horta Comunitária da Adroana	47
Figura 2.8 Horta Comunitária da Adroana	47

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A21L (Agenda 21 Local)

CMC (Câmara Municipal de Cascais)

ENDS (Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável)

FAO (Food and Agriculture Organization)

PHCC (Programa de Hortas Comunitárias de Cascais)

RTP (Rádio e Televisão de Portugal)

RUAF (Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security)

WCDE (World Commission on Development and Environment)

WSSD (World Summit on Sustainable Development)

UNCED (United Nations Conference on Environment and Development)

UNRIC (United Nations Regional Information Centre)

Introdução

As hortas urbanas assumem um papel relevante, não só a nível ambiental através da manutenção do equilíbrio ecológico, protegendo a biodiversidade e ecossistemas urbanos, como através do seu potencial para a melhoria das economias domésticas e da alimentação familiar. Tem sido também reconhecido um papel significativo no âmbito do seu contributo para o estreitamento das relações sociais, para a coesão e inclusão social, bem como para o desenvolvimento do sentido de comunidade e estreitamento das relações de vizinhança.

Ao ter participado num projeto de criação de hortas urbanas desde a sua origem, no âmbito de um processo de A21L (Agenda 21 Local), na extinta Freguesia de Aqualva (Sintra), constatei que à medida que o processo se desenvolvia, os participantes iam adquirindo maior consciência dos problemas ambientais globais e uma maior capacidade e vontade de participar em atividades comunitárias. O projeto, que não chegou a concretizar-se, compreendia a criação de um programa de hortas comunitárias sustentáveis a implementar numa quinta antiga, propriedade do município de Sintra.

A questão que colocamos no nosso estudo é a de compreender o processo de participação em programas de hortas urbanas de carácter comunitário e relacionar essa mesma participação com a promoção da sustentabilidade local.

Reconhecendo as vantagens ambientais, económicas e sociais deste tipo de projetos, têm sido muitas as autarquias a desenvolver programas de agricultura urbana, como forma de promoção da sustentabilidade local. É o caso do Programa de Hortas Comunitárias de Cascais (PHCC), inserido no processo de Agenda 21 Local que será alvo da nossa análise, e cujo objeto central é a participação.

Assim, através da análise à participação no programa de hortas comunitárias de Cascais, procuramos compreender como é que a participação em programas de agricultura urbana comunitária se relaciona com desenvolvimento sustentável local. O que leva as pessoas a participar, quais as suas motivações, como é que

participam, que relações estabelecem entre si e como é que os resultados dessa participação contribuem para a sustentabilidade local, são as questões que abordamos e às quais procuramos dar resposta.

O crescimento das cidades com a inerente pressão demográfica e os seus efeitos sobre o ambiente, nomeadamente ao nível do consumo de recursos naturais e dos resíduos que produz, tem tido um impacto negativo ao nível da qualidade de vida dos cidadãos. Por outro lado, as cidades atuais enfrentam graves problemas sociais, assistindo-se ao colapso das relações de vizinhança e de proximidade. Apesar de muitas cidades europeias estarem a desenvolver políticas no sentido de inverter esta tendência, o mesmo não se verifica ainda das zonas periféricas das grandes cidades um pouco por todo o mundo nem na maioria das cidades mais populosas, por exemplo no continente asiático ou América do Sul. O crescimento dos grandes centros urbanos afigura-se assim como um novo desafio (urbano) para o desenvolvimento sustentável (WCED, 1987).

Muitas vezes apontadas como um modelo para a promoção da sustentabilidade, nos últimos anos, os projetos de hortas urbanas, em especial as de cariz comunitário têm vindo a proliferar e a ganhar cada vez mais adeptos. As recessões económicas, crises políticas e uma maior consciencialização da população relativamente aos problemas ambientais, explicam, em parte, a disseminação deste tipo de projetos. A agricultura urbana, para além de apresentar uma função de produção de alimentos, permite o aumento da segurança alimentar e a poupança de rendimento, contribuindo também para uma melhor qualidade de vida. As hortas urbanas surgem neste contexto de incerteza, como potencial ponto de partida para inverter a tendência de aumento da degradação social e ambiental dos centros urbanos. Autarquias locais, um pouco por todo o país, têm vindo a implementar estes projetos, fundamentando este tipo de iniciativas com os reconhecidos benefícios ambientais e sociais e também com uma visão muito pragmática daquilo que é a gestão do território. O aproveitamento de espaços públicos devolutos é muitas vezes uma oportunidade para a criação deste tipo de espaços hortícolas, adquirindo estes, um carácter também regenerador dos espaços

municipais. Esta multifuncionalidade das hortas urbanas comunitárias será explorada ao longo desta pesquisa, procurando relacionar a participação neste tipo de projetos, com a promoção da sustentabilidade local.

Enquanto processo, a participação no programa é objeto de análise nas suas diversas fases. Assim, vamos examinar as entradas (*inputs*), o próprio processo em si e os seus resultados (*outputs*), isto é, para além de identificar as motivações dos utilizadores e a forma como participam, olhamos com particular atenção para os resultados da participação ao nível do empoderamento comunitário, da promoção de uma cidadania mais ativa e o seu contributo para a criação de capital social, constituindo esta abordagem, a parte inovadora deste projeto. Especificamente, temos como principais objetivos:

1. Identificar as motivações dos hortelãos para a participação no Programa
2. Caracterizar a participação no Programa
3. Caracterizar os resultados da participação no Programa

Para concretizar esta pesquisa dividimos o nosso estudo em três partes. Na primeira parte começamos por explorar, do ponto de vista teórico, os principais conceitos associados às hortas comunitárias e agricultura urbana. Ao explorar a literatura existente sobre o fenómeno de hortas urbanas verificámos que a mesma se tem debruçado essencialmente sobre o seu contributo para o desenvolvimento sustentável das cidades, com particular incidência sobre a importância ambiental deste tipo de projetos. A nível internacional, as atenções têm-se centrado na relação da agricultura urbana com a alimentação, no seu potencial de combate às alterações climáticas e tornar as cidades mais sustentáveis. No âmbito da nossa investigação, importa compreender a agricultura urbana, sob forma de hortas urbanas comunitárias, nas suas dimensões ambiental, social e económica, estabelecendo assim a ponte entre este tipo de projetos e a promoção da sustentabilidade local. A nível ambiental, focamos o contributo das hortas urbanas para a promoção do equilíbrio ecológico e para a proteção da biodiversidade, e ao nível social, destacamos o seu papel no estreitamento dos laços dentro da

comunidade e na promoção da cidadania. Na dimensão económica, salientamos o seu potencial contributo para a redução da despesa familiar com a compra de produtos hortícolas.

Abordamos também os conceitos de participação, cidadania, empoderamento e capital social estabelecendo assim o quadro analítico teórico para a compreensão das razões e motivações dos utilizadores das hortas, bem como para identificar os resultados dessa participação.

Para completar o enquadramento teórico relacionamos as hortas comunitárias com o desenvolvimento sustentável, contextualizando este tipo de projetos no âmbito das políticas internacionais para a promoção da sustentabilidade.

Na segunda parte apresentamos o modelo de análise e a problematização do tema, bem como os objetivos e a questão de partida. Tratando-se de um estudo que incide sobre uma realidade social atual, vamos estabelecer o enquadramento metodológico da investigação e apresentar o método de recolha de dados, a seleção da amostra, a caracterização dos entrevistados, bem como os parâmetros de análise das entrevistas semi estruturadas, explicando o processo de categorização das variáveis em análise. É também nesta parte que analisamos o programa das hortas comunitárias de Cascais permitindo assim compreender os objetivos da criação do programa e também aí estabelecer a ponte com a promoção do desenvolvimento sustentável local. Por último, damos a conhecer as principais características do próprio programa e dos espaços onde decorrem as atividades hortícolas.

Com base na análise aos resultados da pesquisa, na terceira parte damos resposta às questões iniciais. Vamos ver porque é que as pessoas participam. Como é que participam? Quais os resultados dessa participação?

Seguindo esta lógica, organizamos a apresentação de resultados em três partes. Primeiro, identificamos as motivações dos utilizadores para participar, ou seja, o que os levou a inscreverem-se no programa. De seguida, analisamos o processo de participação e descrevemos as relações estabelecidas entre os utilizadores, bem

como as suas percepções relativamente à participação do ponto de vista individual, interpessoal e comunitário. Por último identificamos os resultados dessa mesma participação, ao nível da sua contribuição para o empoderamento comunitário, o desenvolvimento de uma cidadania mais ativa e para a geração de capital social.

PARTE I
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Parte I Enquadramento teórico

O século passado ficou marcado por um crescimento sem precedentes dos aglomerados urbanos. A pressão demográfica e os seus efeitos sobre o ambiente, nomeadamente ao nível do consumo de recursos naturais e dos resíduos, tem tido um impacto negativo nos grandes centros urbanos. Como bem relembra o Relatório Brundtland, as cidades deparam-se com problemas ao nível da degradação de infraestruturas, da qualidade do ambiente, ao mesmo tempo que as relações sociais se fragmentam e o individualismo prevalece (WCED, 1987). É neste contexto que abordamos, do ponto de vista teórico, a relação das hortas urbanas com o desenvolvimento sustentável, explorando os principais conceitos associados. Nesta primeira parte abordamos a agricultura urbana, sob forma de hortas urbanas comunitárias, nas suas dimensões ambiental, social e económica, procurando estabelecer a relação entre este tipo de projetos e a promoção do desenvolvimento sustentável. Veremos como a nível ambiental, as hortas urbanas contribuem para a promoção do equilíbrio ecológico e para a proteção da biodiversidade, ao nível social, facilitam o estreitamento de relações sociais, promovem a coesão social e uma cidadania mais ativa e, que a nível económico, podem contribuir para reduzir a despesa familiar com a compra de produtos hortícolas.

Tendo como ponto de partida os conceitos da participação, cidadania, empoderamento e capital social estabelecemos o enquadramento teórico para compreender as razões e motivações dos utilizadores das hortas, a forma como participam e os resultados dessa participação.

1.1 Agricultura urbana e hortas comunitárias: exploração de conceitos

Mougeot (2000) define **agricultura urbana** como a atividade agrícola praticada dentro ou na periferia dos centros urbanos e da qual resulta o cultivo, produção e

criação de uma série de produtos alimentares e não alimentares. Ao analisarem a evolução do conceito, Smit e co autores constataram que recentemente, à função estética deste tipo de prática inicialmente referida na literatura, vieram juntar-se outras, nomeadamente, funções ambientais, de segurança e saúde alimentar e coesão social. Definem assim a agricultura urbana como “uma indústria que produz, processa e vende alimentos, combustível, e outros outputs, como resposta às procuras básicas diárias dos consumidores que residem em locais intraurbanos ou peri urbanos” (2001:2). Tipicamente, a agricultura urbana caracteriza-se pela produção de produtos variados, assim como pela (re)utilização de recursos naturais e de resíduos urbanos, contribuindo para a segurança alimentar, saúde da população, vida animal, ambiente e promoção da coesão social (Smit et al., 2001).

Outra das características distintivas da agricultura urbana é que a mesma se integra nos sistemas económico e ecológico das cidades, ou seja, envolve-se e interage com o sistema urbano. Esta ligação compreende que sejam os residentes urbanos a trabalhar as terras, o uso de recursos como por exemplo os resíduos urbanos como composto para a fertilização dos solos e o escoamento dos produtos hortícolas para os consumidores que residem nas cidades (RUAFA, 2016).

A agricultura urbana pode adquirir diversas formas: hortas urbanas; jardins agrícolas; arborização com árvores de fruto; cultivo de terrenos agro florestais; plantação de plantas medicinais e ornamentais; plantação de culturas hortícolas junto a estradas e caminhos; ocupação de lotes urbanos vazios e cultivo em vasos nas varandas, em terraços, em pátios, entre outras, em zonas urbanas (Pinto, 2007: 50). Como vimos, uma forma de agricultura urbana são as **hortas urbanas**. Este conceito remonta ao século XIX, época em que surgiram grande número de exemplos na América do Norte. A FAO (2007) distingue no universo das hortas urbanas, as privadas, geralmente encontradas em quintais ou terrenos privados, e as institucionais, onde a propriedade e gestão do terreno são da responsabilidade de instituições, tais como autarquias, escolas, prisões entre outros. Neste segundo grupo incluem-se as hortas urbanas localizadas em terrenos de propriedade pública,

tais como terrenos baldios ou parques multiusos, que serão objeto de análise no presente estudo.

Ao longo da sua história o conceito tem evoluído e a sua definição tem-se mantido pouco clara. Múltiplos significados são atribuídos pelos organizadores e participantes deste tipo de projetos (Firth et al., 2011). De forma genérica, uma horta urbana é constituída por uma pequena parcela agrícola onde são cultivados produtos alimentares como legumes, hortaliças, árvores de fruto entre outras, mas também onde se cultiva produtos não alimentares como plantas ornamentais ou medicinais (Pinto, 2007).

As hortas urbanas representam diversas formas de utilizar os espaços intersticiais das cidades, como locais entre prédios, bairros, taludes de estradas, ou em zonas onde não é possível a construção de edifícios. Estes espaços permitem o auto abastecimento, a redução dos consumos energéticos, a disponibilidade de produtos hortícola e frutos frescos, entre outras. Na maioria dos casos, o tamanho das hortas urbanas é definido pela disponibilidade de terrenos que, regra geral, são de pequena dimensão (Pinto, 2007). Noutra perspetiva, as hortas urbanas podem ser classificadas em função dos seus objetivos. Atualmente é possível encontrar hortas sociais, hortas de recreio, hortas comunitárias e hortas pedagógicas.

Em Portugal, o tema foi amplamente introduzido por Gonçalo Ribeiro Telles, que tem persistentemente chamado a atenção para a necessidade de se inserirem no interior centros urbanos, espaços rurais e agrícolas. O arquiteto paisagista, por muitos considerados, o pai do ambientalismo em Portugal (RTP, 2013), defende que a ruralidade de Portugal poderia constituir um fator determinante para fazer face à degradação ambiental provocada pela intensificação da industrialização e urbanização (Soromenho-Marques, 2005). Acérrimo defensor das causas ambientais, baseia o seu discurso nos conceitos de cidade, região e paisagem global (RTP, 2013).

Ribeiro Telles defende:

“Um novo conceito de cidade deve ser pensado. (...) Em termos ecológicos, devemos partir do princípio de que a cidade e o campo são fases diferentes de um mesmo sistema: uma não pode viver sem a outra. A cidade pontual deu origem à cidade região. (...) Nela já não há fronteiras definidas entre os espaços urbano e rural. (...) O homem do futuro, do século XXI (que está próximo...) não será rural nem urbano: será as duas coisas ao mesmo tempo sem as confundir. Uma cidade / região, onde a ruralidade e a urbanidade estejam interligadas é fundamental para encarar o futuro”

(Telles 1996: 14-19, *apud* Xavier, 2007)

O arquiteto paisagista defende a integração de elementos rurais no planeamento da cidade e fundamenta com a história da relação entre o campo e a cidade para salientar a necessidade de integrar nos espaços verdes urbanos características rurais. Esta vontade de preservar a cultura e história do local traduz-se no seu particular interesse pelas hortas urbanas.

“Em Lisboa, existem 3 mil hortas que são indispensáveis a 3 mil famílias para que não passem fome. (...) Não podemos tirar estas pessoas das hortas e metê-las em casarões, mesmo que tenham o Prémio Valmor. (...) Ficámos espantados quando, em 1987, se verificou que 3000 famílias em Lisboa passariam fome se não tivessem a sua horta de que pagavam renda à Câmara Municipal de Lisboa. (...) A cidade tem que traduzir a vontade e as necessidades das populações, respeitar a cultura.”

(Telles 1996: 18-19 *apud* Xavier, 2007)

No presente estudo, iremos abordar as hortas comunitárias, referindo-nos assim, à agricultura praticada em terrenos propriedade do município de Cascais, no âmbito do Programa Hortas Comunitárias de Cascais e cuja produção de hortícolas é utilizada para satisfazer diversos tipos de necessidades dos seus utilizadores. Importa por isso debruçarmo-nos sobre este conceito. Apesar da complexidade da sua definição, a expressão **hortas comunitárias** é usada na literatura para descrever desde um cultivo de um talhão individual inserido num espaço comum, até ao cultivo coletivo em espaços públicos, escolas e prisões. A natureza das hortas

comunitárias é muito variada. Elas variam em tamanho e podem ser de cultivo de frutos, vegetais, estufas, ou hortas de grande escala. Alguns destes espaços funcionam não só como espaços de cultivo mas também espaços de educação, treino e de aquisição de competências. As hortas comunitárias diferem também na forma como operam. Cada horta tende a desenvolver-se de acordo com as necessidades locais. Por sua vez, estes espaços podem atrair um leque diverso de utilizadores em termos de motivação e idade. A maior parte dos projetos de hortas são impulsionados e geridos por grupos da comunidade, embora esteja a aumentar o número de iniciativas externas (Firth et al., 2011).

Para além do conceito de hortas comunitárias e agricultura urbana importa também clarificar o conceito de **agricultura sustentável**. Lichtfouse e co autores (2009), sintetizam as definições de agricultura sustentável, salientando o enfoque colocado na vertente ambiental. Se por um lado alguns autores entendem este tipo de agricultura como um conjunto de estratégias para fazer face a algumas das maiores preocupações da sociedade, como a qualidade de vida e a proteção ambiental, outros salientam o seu papel na capacidade dos sistemas agrícolas para manter a produtividade das culturas. Salientam, no contexto da discussão em torno desta definição, que é unânime a ideia de que os sistemas agrícolas podem ser considerados sustentáveis se forem economicamente viáveis, seguros para o meio ambiente e socialmente justos.

A FAO (Food and Agriculture Organization), define este tipo de agricultura como a praticada no contexto em que os recursos estão acessíveis a todos e são geridos de forma a manter a capacidade de renovação dos ecossistemas, de forma a satisfazer as gerações atuais e futuras. De acordo com esta agência das Nações Unidas, este tipo de agricultura rege-se por cinco princípios. O primeiro diz respeito à melhoria da eficiência da utilização dos recursos naturais, o segundo, que a sustentabilidade requer ação direta para conservar, proteger e maximizar os recursos naturais. O terceiro princípio assume que a agricultura que falha ao proteger e melhorar qualidade de vida não é sustentável e o quarto defende que o aumento da resiliência das populações, das comunidades e ecossistemas é a chave para a

agricultura sustentável. Por último, o quinto princípio refere que a agricultura sustentável requer mecanismos de governança responsáveis (FAO, 2016).

As cidades produzem cerca de 70% dos gases com efeito de estufa (Zeeuw, 2011). De acordo com o relatório do Banco Mundial, de 2010, as grandes urbes são as maiores contribuidoras para as alterações climáticas e sofrem a maioria dos seus impactos. A agricultura praticada nas cidades sob a forma de hortas urbanas tem sido apontada como uma prática promotora da sustentabilidade local, especialmente no que diz respeito aos benefícios ambientais. As hortas urbanas promovem o equilíbrio ecológico das cidades, protegendo a biodiversidade e os ecossistemas contribuindo assim para tornar as cidades mais resilientes (Zeeuw, 2000). Os efeitos das alterações climáticas nas cidades são diversos, desde o aumento do risco de inundações a desabamentos, ao aumento da temperatura atmosférica urbana, diminuição da humidade relativa e da precipitação. Estes espaços primam por contribuírem para a redução do efeito de estufa através da captura de carbono e do fornecimento de sombra e humidade que ajudam a amenizar a temperatura atmosférica (Zeeuw, 2011). Nesta relação da agricultura urbana e o seu contributo para fazer face às alterações climáticas, Okvat e Zautra (2011) apontam uma dupla funcionalidade às práticas agrícolas urbanas argumentando que podem ajudar a estabilizar as alterações climáticas de forma direta e indireta. De forma direta, como vimos, através do seu contributo ambiental e indiretamente, através da promoção da adoção de hábitos de vida mais sustentáveis e da educação e sensibilização para as questões ambientais. Zeeuw (2011), acrescenta que as práticas agrícolas urbanas ajudam a reduzir o impacto de eventos extremos, servem de meio de abastecimento dos residentes urbanos e possibilitam uma gestão mais eficaz dos resíduos, reutilizando-os para a atividade agrícola, que de outra forma acabariam como poluentes em rios e águas costeiras (Deelstra & Girardet, 2000). Por outro lado, ao permitir o abastecimento local, a agricultura urbana contribui também para a redução da pegada ecológica dos alimentos (Holland, 2004).

1.2 Hortas comunitárias e participação

O conceito de participação não é recente. Podemos encontrá-lo no centro do debate político e social, desde há diversas décadas. Nos primeiros anos da discussão em torno deste conceito, a participação foi quase sempre analisada no âmbito da teoria política, nomeadamente na sua relação com a democracia.

Carol Pateman (1970) aponta Rousseau como teorizador por excelência da participação, pois considera que toda a sua teoria política assenta na participação individual de cada cidadão. Apesar de Rousseau ter desenvolvido as suas teorias antes do surgimento das instituições democráticas atuais e o seu ideal de sociedade ser uma cidade-estado não industrial, é na sua teoria que a hipótese básica acerca da função da participação na política democrática pode ser encontrada. De forma a entender o papel da participação na teoria política de Rousseau importa referir, de forma sucinta, alguns dos pressupostos em que se baseia o seu sistema participativo. Rousseau defendia que certas condições económicas deveriam estar reunidas para que o sistema participativo funcionasse. Defendia uma sociedade de pequenos proprietários, onde vigorasse a igualdade e a interdependência económica. Uma democracia direta e não representativa. A autora destaca pontos, na sua perspetiva essenciais, para uma análise do sistema participativo de Rousseau. Em primeira instância, que Rousseau entende a participação como o ato de participar na tomada de decisão. Por outro lado, que a participação é uma forma de projetar interesses privados e assegurar uma boa governação (Pateman, 1970:22- 24).

No âmbito da sua reflexão sobre a participação e a teoria democrática, a mesma autora aponta as funções da participação, identificadas por Rousseau. A educação é referida como a função central da participação. Usando o conceito de educação num sentido lato, o sistema ideal de Rousseau deveria desenvolver ações políticas, sociais e individuais responsáveis, através dos efeitos da participação. Ao longo deste processo, os indivíduos aprendem a ter em consideração não só os seus

próprios interesses, como também os interesses coletivos, gerando assim uma inter-relação entre os interesses privados e os interesses públicos. Assim, através deste processo educativo, os indivíduos acabam por esvanecer eventuais conflitos entre a esfera do público e do privado. Outra das funções da participação apontadas por Rousseau é a de que esta permite que as decisões coletivas sejam mais bem aceites pelos indivíduos. A terceira e última função, esta de carácter integrador, é a de aumentar o sentimento de pertença à comunidade (Pateman, 1970:24-27). A autora realça ainda a importância da experiência da participação na tomada de decisão e a complexa variedade de resultados a que parece conduzir, tanto para os indivíduos como para todo o sistema político.

Arnstein (1969) ao estabelecer a relação entre o tipo de democracia e a participação, destaca a controvérsia em torno do debate à volta do conceito de participação. A autora entende a participação dos governados como o pilar básico da democracia. Esta parece ser uma ideia consensual, no entanto, quando a participação é reclamada pelos que normalmente são excluídos e se verifica a redistribuição de poder, então termina o consenso em volta da participação e surgem uma série de questões de ordem racial, étnica, ideológica e política. A sua obra tem particular importância pois estabelece diferentes níveis de participação. Os oito tipos de participação são apresentados em escada e cada um dos degraus corresponde à extensão do poder dos cidadãos. A escada inicia-se com os “*degraus de não participação*”. Os degraus de base da escada são a *manipulação e a terapia*. O seu verdadeiro objetivo não é que as pessoas participem, mas sim permitir aos que detêm poder de formatar a opinião dos participantes.

Os degraus três e quatro, *informação e consulta*, evoluem para níveis simbólicos de participação, ou seja, dá-se a ideia de que as pessoas participam, quando no fundo não têm verdadeira capacidade de influenciar. Estes degraus permitem ouvir os cidadãos mas não garantem que as suas ideias sejam postas em prática. No quinto degrau encontra-se a *conciliação*, que de acordo com a autora é apenas mais um nível de participação simbólica. A partir daí, os degraus seguintes passam a ser os *degraus de poder dos cidadãos* que se iniciam com a *parceria*, seguida do *poder*

delegado e por último, no topo da escada, o *controlo dos cidadãos*. Numa análise atenta à escala de participação proposta por Arnstein, constata-se que à medida que se caminha de uma democracia representativa para uma democracia deliberativa, o processo de participação evolui de um processo meramente informativo, para um processo com crescentes graus de participação, culminando no *empowerment*. Mas afinal, o que é a participação? Para Arnstein é a redistribuição do poder que permite aos cidadãos excluídos dos processos políticos e económicos serem incluídos do ponto de vista deliberativo. A autora salienta a “diferença entre passar por um ritual vazio de participação e ter o poder de influenciar os resultados do processo”. Considera que participação sem redistribuição do poder é um “processo vazio e frustrante”, no sentido em que permite que quem detém o poder defenda os seus interesses, ou seja, “que se mantenha o *status quo*” (Arnstein, 1969:216).

Mais recentemente, a Associação Internacional para a Participação Pública (IAP2) também identificou diversos níveis de participação. Para esta organização internacional, a participação pública efetiva deve desenvolver-se de acordo com as suas metas e objetivos. Para ajudar a selecionar o nível de participação adequado a cada processo participativo e às suas metas e objetivos específicos, a IAP2 desenvolveu o *Spectrum* da participação, ou seja, uma escala de classificação da participação, consoante o nível de impacto dos cidadãos, nas decisões a serem tomadas. Esta escala inicia-se com o nível mais baixo, a *informação*, no qual a vontade dos cidadãos não tem impacto nas decisões públicas. Este nível de participação implica apenas que os cidadãos sejam informados e lhes sejam facultadas as informações necessárias a compreenderem o problema, alternativas, oportunidades e soluções. O nível seguinte é o da *consulta*, onde se pretende que haja algum tipo de retorno, por parte dos cidadãos. Segue-se o nível do *envolvimento*, o que implica um maior contato com o público procurando garantir que as suas preocupações e ideias são tidas em linha de conta. Logo de seguida surge o nível da *colaboração*, o que implica um papel muito mais ativo dos cidadãos. Esta forma de participação pressupõe uma espécie de parceria, sendo o

cidadão envolvido em todos os aspetos da tomada de decisão, incluindo na criação de alternativas (IAP2, 2006). Por último, tal como a Escada de Arnstein, também o *Spectrum* da IAP 2 considera o nível mais alto de impacto na tomada de decisão, o *empoderamento*. Neste nível, a tomada de decisão está totalmente na mão dos cidadãos.

Pretende-se com a presente investigação abordar a participação numa conceção abrangente, procurando assim compreender as razões e motivações dos utilizadores das hortas. Nesse sentido, debruçamos as nossas atenções sobre a participação à luz do Modelo do Voluntarismo Cívico proposto por Verba, Schlozman e Brady (1995). O modelo considera inúmeras formas de participação e não apenas o voto, como por exemplo o envolvimento em campanhas, o trabalho informal na comunidade ou a intervenção regular e continuada em organizações da sociedade civil.

À semelhança de Rousseau e Arnstein, os autores também estabelecem a relação entre a democracia e a participação. Afirmam que a voz e equidade são centrais na participação democrática e que numa democracia significativa, a voz dos cidadãos deve ser clara e alta: clara para que os políticos entendam as preocupações dos cidadãos, e alta para que prestem atenção ao que é dito, ou seja, para que tenha força. Para os autores é impossível pensar a democracia sem a possibilidade dos cidadãos participarem livremente no processo governativo, entendendo desta forma que a participação fornece os mecanismos através dos quais os cidadãos podem comunicar os seus interesses, preferências e necessidades e assim gerar respostas (Verba et al., 1995). Neste sentido, Verba e co autores entendem o processo participativo como motivação para o ativismo e como a capacidade dos indivíduos se envolverem na vida política e cívica.

Considerando o objetivo central da nossa investigação de analisar o processo de participação no Programa de Hortas Comunitárias de Cascais, iremos adotar o Modelo do Voluntarismo Cívico de modo a identificar os *inputs* da participação. O que explica a participação? Porque é que as pessoas participam? Quais as suas motivações?

Na obra *Voice and Equality* (1995), Verba e co autores dão-nos uma perspetiva sobre os fatores participativos, focando a sua atenção em três indicadores que conjugados, criam a moldura do Modelo do Voluntarismo Cívico: recursos, envolvimento e recrutamento. Consideram as três componentes importantes, no entanto, o enfoque é colocado mais nos recursos e no envolvimento psicológico, do que no recrutamento (Verba et al., 1995: 269-270). Na sua perspetiva, a participação pode existir sem haver recrutamento, mas não pode ocorrer sem os recursos e sem envolvimento psicológico. Os autores salientam, no que diz respeito aos recursos, que a literatura sobre a participação tem centrado as atenções num leque heterogéneo de fatores que consideram como recursos para a atividade política, destacando a posição social, o nível de rendimento e as habilitações académicas. No Modelo do Voluntarismo Cívico definem-se os recursos e a sua relação com a participação, de forma a compreender como é que esses mesmo recursos operam para facilitar a participação. Neste contexto, os autores destacam três tipos de recursos: tempo, dinheiro e competências cívicas argumentado que quando os cidadãos têm tempo e dinheiro, e aliando a isso certas competências cívicas, não só acabam por ter “mais probabilidade de participar como também de serem mais eficazes quando o fazem” (Verba et al., 1995: 271).

No que concerne ao envolvimento, os autores enumeram algumas características comuns aos indivíduos com interesse na política e que influenciam a sua vontade de participar:

- O sentimento de eficácia política, que cria o sentimento de que podem fazer a diferença;
- Os valores cívicos que indicam que a participação será acompanhada pela gratificação psicológica de ter cumprido um dever;
- A consciência de grupo que leva os indivíduos a ter sentimentos de que estão ligados uns aos outros;
- A identificação com um partido político;

- O compromisso e empenho numa determinada política que o indivíduo gostaria de ver implementada. (Verba et al., 1995:272).

Por último, como fator participativo, os autores apontam o recrutamento. Na sua perspectiva, os pedidos de envolvimento que tenham origem no local de trabalho, na igreja, ou outras organizações, acabam muitas vezes na participação efetiva, realçando no entanto que os recursos (tempo, dinheiro e competências cívicas) tornam mais fácil que um indivíduo que esteja predisposto a participar, o faça (Verba et al., 1995:273).

O modelo que Verba e co autores nos propõem afigura-se como um instrumento analítico importante para investigar os *inputs* do processo de participação no programa de hortas, pois permitirá compreender os motivos pelos quais os cidadãos participam.

Nesta tentativa de compreensão dos mecanismos conducentes á participação, importa também referir Robert Putnam e os seus estudos sobre o capital social e as razões do declínio do envolvimento cívico nos Estados Unidos da América, que exploraremos em maior profundidade mais à frente. No entanto, no presente contexto torna-se pertinente para já referir a argumentação deste autor de que a construção de uma comunidade cívica exige um compromisso dos indivíduos através da participação ativa nos assuntos comuns. O autor considera a igualdade política, traduzida em direitos e deveres iguais para todos os cidadãos, bem como a solidariedade, a confiança e a tolerância entre membros e a existência de associações, como imprescindíveis para a participação dos cidadãos (Putman, 1995 apud Albuquerque, 2008:96).

Analisando ambas as propostas, Putnam e Verba, Schlozman e Brady apresentam perspectivas opostas. Se por um lado, Verba e colegas, no Modelo do Voluntarismo Cívico investigam os fatores que estimulam o envolvimento cívico, por outro lado Putnam centra-se nos fatores que obstaculizam a participação. No entanto, ambos destacam a complexidade dos fatores que influenciam as razões que motivam os indivíduos a participar. O processo de participação cívica ou política é descrito como

“um sistema dinâmico, fortemente influenciado por aspetos individuais e condições estruturais, que se influenciam reciprocamente” e cuja análise depende em grande parte do contexto social e político de um dado projeto (Albuquerque, 2008: 99).

São diversos os autores que associam projetos de hortas comunitárias à participação ativa dos cidadãos. Ao refletir sobre os efeitos democráticos da participação em projetos de hortas comunitárias, Glover e colegas (2005) argumentam que a participação voluntária parece ter o potencial para produzir efeitos democráticos que moldam os valores cívicos dos seus membros.

Considerando as hortas comunitárias como ambientes heterogêneos que integram a restauração ambiental, o ativismo comunitário, as interações sociais, as expressões culturais e a segurança alimentar, estes espaços são muitas vezes apontados como o contexto facilitador para uma aprendizagem que serve múltiplos objetivos da sociedade, incluindo uma população que participa na vida cívica (Krasny e Tidball, 2009).

Os vários tipos de hortas comunitárias são referidos como tendo um papel importante não só na promoção da saúde e da inclusão social, como muitas vezes é mencionado, como também na promoção de uma maior participação cívica e de práticas de vida sustentáveis (Pearson et al., 2011). Do ponto de vista comunitário, teoricamente a participação dos cidadãos alberga eficácia, uma vez que neste contexto, os indivíduos trabalham em conjunto para resolver problemas comuns, combatendo assim a “alienação e desempoderamento crescentes na atual sociedade de massas” (Perkins et al., 1996:86). As hortas tornam-se o “terceiro espaço”, fora de casa e do trabalho, onde as pessoas se reúnem, estabelecem ligações e se identificam como membros daquela comunidade. As interações sociais geradas em programas de hortas comunitárias alberga normas de reciprocidade e confiança entre os seus membros. A participação em programas de hortas requer que os participantes trabalhem diretamente no projeto, e assim, ao tomarem decisões coletivas, terão mais oportunidades de se juntar a um grupo, tornar-se membro ativo da comunidade ou assumir outro papel de relevo no desenvolvimento da comunidade local (Glover et al., 2005:79).

1.2.1 Capital social e empoderamento no contexto da participação em programas de hortas comunitárias

Que o envolvimento e a participação em grupos podem ter consequências positivas para os indivíduos e para a comunidade não é algo novo. Sendo vasta a literatura e estudos na área do capital social, importa no âmbito da nossa investigação abordar o conceito na perspectiva do Banco Mundial (2001) de que o capital social deve ser visto, em última análise, no contexto do seu contributo para o desenvolvimento sustentável. Neste documento orientador, sugere-se que a densidade das relações estabelecidas entre pessoas e instituições, bem como a natureza das relações interpessoais, afetam significativamente a eficiência e a sustentabilidade de programas de desenvolvimento. O capital social de uma sociedade inclui as instituições, as relações sociais, atitudes e valores que orientam as interações entre as pessoas e contribuem para o desenvolvimento económico e social (Grootaert e Bastelaer, 2001).

A primeira análise sistemática contemporânea ao capital social foi produzida por Bourdieu (Portes, 2000) que definiu o conceito como:

“(...) o conjunto de atuais ou potenciais recursos que estão ligados pela pertença a uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo”

(Bourdieu, 1958 apud Portes, 2000)

Em *The forms of capital (1985)*, Bourdieu identifica e distingue as principais formas de capital: económico, cultural e social. Para o autor todas estas formas de capital são convertíveis, em última análise, a capital económico. Para este autor, a produção de capital pressupõe um esforço contínuo de sociabilidade, uma troca constante de interações, nas quais o conhecimento e o reconhecimento interpessoal dos indivíduos se vai solidificando. No entanto, Bourdieu entende que

a existência de uma rede de relações não é algo natural, mas sim algo que se vai contruindo através de estratégias de investimento orientadas para a institucionalização das relações entre os indivíduos. Esta institucionalização dos indivíduos (o autor entende institucionalização de forma lata, desde uma ligação familiar à pertença a uma associação ou grupo desportivo) acaba por funcionar como uma fonte digna de confiança e que permite aceder a outros recursos. Entende assim a rede de relações como o “produto da estratégia de investimento individual ou coletivo” com o objetivo de reproduzir relações sociais que possam vir a ser usadas no futuro para seu benefício (p.22). Esta ideia de retorno é também partilhada por outros académicos que salientam a particularidade de o capital social se caracterizar por ser um investimento que as pessoas fazem nas relações e no sentido de vir a gerar retorno aos indivíduos (Bourdieu, 1985; Lin, 1999; Portes, 1998). Lin (1999) ilustra de forma pragmática esta ideia: “A premissa por trás da noção da capital social é simples e direta: investimento nas relações sociais, com expectativa de retorno”, ou seja, os indivíduos envolvem-se para obter lucro. A importância das redes no contexto da produção de capital social manifesta-se através de quatro aspetos que o autor salienta: informação, influência, “credenciais sociais” e reforço. Por um lado a inclusão em redes facilita a circulação de informação, fazendo com que os aderentes tenham acesso a informação que de outra forma não teriam. A circulação destas informações reduzem o custo das transações para a organização. Por outro lado, os laços que se criam através das relações estabelecidas dentro da rede favorecem a “influência” e podem ditar o assumir de papéis com mais peso na comunidade. As relações entre indivíduos, os seus conhecimentos e o meio onde se movem são também consideradas “credenciais sociais” que possibilitam aos indivíduos ter vantagens em determinadas situações. Por último, as relações sociais potenciam o fortalecimento da identidade e do reconhecimento (*idem*, 31).

Outro autor incontornável no âmbito da teoria do capital social é Robert Putnam, cuja ideia central do capital social é a de que “as redes, associados a normas de reciprocidade, têm valor”. Têm valor para as pessoas que estão inseridas nessas

redes, considerando também a existência de externalidades. Aponta por isso, duas vertentes do capital social, a pública e privada (1993). Destaca a confiança como um pilar fundamental de uma sociedade e defende que uma comunidade baseada em relações de reciprocidade é mais eficiente. Por outro lado, tal como Lin, salienta que as redes também facilitam a coordenação e a comunicação.

Coleman (1990) descreve o capital social como a estrutura de relações entre atores, que encoraja atividades produtivas. Nesta perspetiva, a estrutura e organização social funcionam como recursos para os indivíduos usarem para a realização dos seus interesses pessoais. Dada a diversidade de definições para o conceito de capital social, Pretty e Ward (2001) destacam quatro aspetos essenciais no âmbito desta discussão: confiança, ligações, redes e grupos. A confiança é um dos aspetos centrais, pois estimula a cooperação e reduz o custo das transações entre as pessoas, libertando recursos. Assim, em vez de se investir na monitorização de comportamentos, os indivíduos estabelecem relações de confiança e esperam que os outros sigam esses mesmos comportamentos. Quando uma sociedade está impregnada de desconfiança as ações e atividades coletivas não se desenvolvem. Salientam ainda que também a reciprocidade e trocas contribuem para aumentar a confiança e para o desenvolvimento a longo prazo de obrigações entre as pessoas. As regras e sanções comuns são geralmente definidas como as normas de comportamento que colocam os interesses do grupo acima dos interesses individuais. Dão a confiança aos indivíduos de investir em atividades coletivas, sabendo que os outros farão o mesmo. Por último, os autores defendem que as redes e grupos desempenham um papel essencial do capital social (*idem*, 210-211).

Para Woolcock e Narayan (2000), o capital social refere-se às normas e redes que permitem as pessoas agir coletivamente, realçando a importância das características do capital social, como a confiança, a reciprocidade desenvolvidos ao longo do processo interativo que ocorre em grupo. Ao explorarem a literatura sobre capital social e desenvolvimento, concluem que as relações sociais são a chave para a mobilização de outros recursos que possam contribuir para o desenvolvimento.

Ao examinar as associações entre a participação em projetos de hortas comunitárias e as percepções de capital social ao nível individual e ao nível da comunidade, Alaimo e co autores (2010) lançam a hipótese de que a participação em projetos de hortas comunitárias está positivamente associada à percepção de capital social. O resultado do estudo afirma a importância das taxas de participação, a nível individual e coletivo, nas atividades comunitárias, para o desenvolvimento dos diferentes tipos de capital social.

Kingsley e Townsend (2006) também exploram o conceito de capital social no contexto de projetos urbanos de hortas comunitárias. Adotam a definição de capital social proposta por Robert Putnam entendendo-o como a característica das organizações sociais traduzida em redes, normas e confiança que facilitam ações de cooperação para alcançar benefícios mútuos. Os autores relembram ainda a distinção proposta por Putnam entre *bonding social capital* e *bridging social capital*. O primeiro tipo é visto como o capital social presente nas redes entre as pessoas que partilham uma identidade social semelhante. O segundo é descrito como os estreitos laços de redes soltas onde os membros da sociedade se juntam e formam relações mútuas apesar das diferenças étnicas, de idade, classe social ou identidade social, ou seja, redes de pessoas que estão socialmente distantes. No entanto, apesar desta distinção, apontam a comunidade, o sentido de pertença, as redes sociais, a confiança e a reciprocidade como elementos essenciais do capital social que empoderam os indivíduos. Salientam ainda, citando Cox, que tais elementos do capital social afetam o nível individual de participação e envolvimento cívico nas comunidades. As redes sociais, a coesão, o suporte e as conexões, facilitadas pela confiança e reciprocidade, são a base do capital social entre os indivíduos e a comunidade e conduzem a benefícios sociais.

Para Glover e colegas (2005), as hortas comunitárias têm muito mais a ver com a comunidade, do que com as hortas em si. A partilha de recursos, proporcionada por este tipo de projetos, estimula as relações sociais que se estabelecem ao longo do tempo que passam na horta. As interações sociais facilitadoras pelo projeto podem albergar normas de reciprocidade e confiança, que o autor considera a forma

convencional de capital social, entre membros daquele projeto. Mais, as hortas são considerados espaços para a participação ativa dos cidadãos na medida em que os participantes deliberam no sentido de tomarem decisões com impacto na zona onde residem e onde a horta se situa (*idem* 79-80). Glover e colegas (2005) consideram as hortas comunitárias potenciais espaços de construção da comunidade, um indicador comum de capital social. Quanto mais os indivíduos participam no projeto de hortas comunitárias, mais autonomia experienciam e mais as suas capacidades individuais são desenvolvidas, logo, maior é a acumulação de capital social que pode ser transferido para outras esferas sociais.

Kingsley e Townsend (2006) reiteram a perspectiva de Glover e co autores de que as hortas comunitárias mobilizam e empoderam os residentes de uma comunidade. Também nesta linha de pensamento, Jamison (1985) e Lin (1999) argumentam que as hortas comunitárias têm o potencial de empoderar os cidadãos para que tomem papéis mais ativos na sua vizinhança (Jamison, 1985 e Lin, 1999 apud Glover et al., 2005).

Perkins e Zimmerman (1995) exploram o empoderamento como uma construção que liga competências e forças individuais, sistemas facilitadores naturais e comportamentos pro ativos para a mudança social e política (Rappaport, 1984 apud Perkins e Zimmerman, 2005).

De acordo com os autores, a pesquisa e teoria sobre o *empowerment* ligam o bem-estar individual com o ambiente político e social mais abrangente. Teoricamente, esta construção liga a saúde mental e ajuda mútua com o esforço para criar uma comunidade mais participativa. Assim, entendem que as intervenções orientadas para o *empowerment* fornecem oportunidades aos participantes de desenvolverem conhecimentos e competências. Ao rever a literatura sobre o empoderamento, os autores afirmam que as várias definições são consistentes com a ideia do empoderamento como um processo intencional e contínuo centrado na comunidade local, envolvendo respeito mútuo, reflexão crítica e participação de grupo. Neste contexto, os cidadãos com carências de recursos, ao estarem

envolvidos em ações, atividades ou estruturas, passam a ter acesso facilitado a esses mesmos recursos. (pag.569-570)

A distinção entre os processos e os resultados é um ponto crítico para clarificar esta teoria. Os processos de empoderamento podem incluir a participação em organizações comunitárias. Ao nível organizacional, podem abranger a tomada de decisão coletiva e a liderança partilhada e a nível comunitário podem envolver a ação coletiva na gestão de recursos comunitários ou governamentais (Perkins e Zimmerman, 1995). É neste tipo de processo de empoderamento que se incluem os projetos de hortas comunitárias.

Os *outcomes*, ou seja, os resultados para os indivíduos podem abarcar situações específicas de perceção controlada ou recursos que desenvolvem competências. Ao nível organizacional, os *outcomes* do empoderamento podem incluir o desenvolvimento de redes de organizações, crescimento organizacional e influência política. O empoderamento ao nível comunitário pode compreender evidências de pluralismo e de recursos partilhados, esforços para alcançar acesso a recursos e um entendimento crítico do contexto social e político, sendo estas as componentes base desta construção. Para Perkins e Zimmerman (1995), o empoderamento surge assim, nos contextos em que a participação com outros ocorre, por forma a alcançar objetivos comuns. Aplicando a estrutura geral ao nível organizacional de análise sugere-se que o empoderamento inclui processos e estruturas organizacionais que promovem a participação dos membros e melhoram o alcançar dos objetivos da organização. Ao nível comunitário, o empoderamento refere-se à ação coletiva de melhoria da qualidade de vida na comunidade e as ligações entre as organizações e a comunidade (Perkins e Zimmerman, 1995). Relacionam a participação com o empoderamento comunitário. Apresentando uma perspetiva ecológica dos ambientes físicos, económicos e sociais que indiciam a participação cidadã em organizações comunitárias, salientam que o interesse na participação em organizações e projetos comunitários tem aumentado como antídoto à alienação e *desempoderamento* crescentes na atual sociedade de massas (Perkins et al, 1996).

1.2.2 A participação em programas de hortas comunitárias e a promoção da cidadania

A participação é uma dimensão chave da cidadania e ambas são peças centrais da democracia, pelo que as questões ligadas a estes dois conceitos têm ocupado lugar de destaque no debate sobre as democracias contemporâneas (Albuquerque, 2008: 69). O atual estilo de vida ocidental, quer ao nível dos sistemas políticos, sociais, económicos e quer a nível ambiental, tem indiciado que as atitudes dos cidadãos são determinantes na evolução das sociedades (Vaz e Delfino, 2010). A cidadania é simultaneamente um *status* e uma prática (Dean, 2001).

Marshall (1950), no contexto pós guerra, defendia que a cidadania era essencialmente uma questão de assegurar que todas as pessoas fossem tratadas como membros iguais de uma sociedade logo, centrou as suas atenções nos direitos civis, políticos e sociais. Este autor identificou três tipos de direitos e estabeleceu paralelo como a evolução do conceito, nos últimos três séculos. Primeiramente, os direitos civis, que surgiram no século XVIII, seguiram-se os políticos, no século XIX e por último, os direitos sociais, característicos do século XX. O autor salienta que no século XXI o debate em torno do conceito deveria colocar o enfoque não tanto ao nível dos direitos, mas sim das responsabilidades. Encontrar o tão desejado equilíbrio entre direitos e responsabilidades parece ser o desafio para este século, no debate em torno da cidadania.

De uma forma geral, a operacionalização do conceito de cidadania tem-se caracterizado por um elevado grau de formalismo, ou seja, tem sido associado ao exercício da cidadania no contexto do regime representativo, como é o caso da participação em processos eleitorais. No entanto, outras conceptualizações têm privilegiado a sua discussão no âmbito dos direitos humanos e sociais dos cidadãos (Cabral, 2000).

Para Dean (2001), nos últimos anos, as questões ambientais têm tido grande influência no desenvolvimento do conceito. Em parte, essa influência deve-se por

um lado ao carácter global dos problemas ambientais, e, por outro, à ideia de que ambientalmente, os cidadãos têm mais responsabilidades que direitos. O autor apresenta três motivos através dos quais as questões ambientais influenciaram o desenvolvimento do conceito: argumenta que os problemas ambientais já entraram na compreensão que os indivíduos têm dos seus direitos enquanto cidadãos; por outro lado, a cada vez maior consciência global associada à problemática ecológica tem ajudado a compreender o potencial da cidadania; por fim, os problemas ambientais emergentes, que contribuem para o debate complexo sobre as responsabilidades associadas à cidadania.

Mais recentemente têm surgido outros conceitos neste âmbito, tais como a cidadania verde, ecológica e ambiental. Todas estas denominações expressam realidades diferentes que têm em comum a promoção da cidadania verdadeiramente preocupada com o ambiente (Vaz e Delfino, 2010).

No âmbito da sua investigação sobre cidadania e capital social, no contexto da Agenda 21 Local, Selman e Parker (1997) entendem a cidadania numa conceção ampla, tendo categorizado este conceito em cidadania passiva e cidadania ativa. A cidadania passiva está associada aos direitos e privilégios, enquanto a cidadania ativa remete para o sentido de dever e responsabilidade perante a comunidade. Salientam que os responsáveis políticos terão que reconhecer que a cidadania tem a ver com poder e que as comunidades locais são as arenas legítimas para o exercício da cidadania, devendo as estratégias de sustentabilidade contemplar essa escala de poder.

Turner (2011) sugere que as iniciativas de hortas comunitárias têm grande potencial para promover a longo prazo, o envolvimento em novas formas de cidadania ecológica e ambiental. Segundo o autor, a ligação a preocupações com assuntos ambientais mais amplos, como a pegada ecológica dos alimentos, a segurança da água ou as alterações climáticas estão muitas vezes relacionadas com a relação do indivíduo com solo que cultivam nestes espaços comuns. É este envolvimento micro que os liga a outras questões globais e potencialmente a práticas de vida mais sustentáveis. São estas formas de relação que têm o potencial para mais

eficazmente promover e manter a longo prazo iniciativas sustentáveis nas áreas urbanas (Turner, 2011).

Ao tentar compreender os efeitos democráticos da participação em programas de hortas comunitárias, Glover e co autores (2005), constataram que a partilha de recursos estimula as relações sociais que se vão desenvolvendo enquanto participam nas atividades hortícolas, bem como outras relacionadas com o projeto em si, com a gestão do espaço comum.

1.3 Hortas comunitárias e desenvolvimento sustentável

O Relatório Brundtland (*Our Common Future*), publicado pela *World Commission on Environment and Development* (WCED), em 1987, tem sido considerado por muitos, o ponto de partida para a discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável. A definição clássica presente no Relatório centra-se na ideia da satisfação das necessidades presentes e na capacidade de satisfazer as necessidades das gerações futuras. É portanto notória a presença da noção de limites. As limitações apontadas dizem respeito não só à capacidade da biosfera absorver os efeitos da atividade humana, como também aos próprios limites dos recursos naturais existentes (WCED, 1987). As cidades são hoje exemplos do excesso de consumo de recursos naturais, corroborando a chamada de atenção presente neste documento de referência, relativamente à necessidade de adotar estilos de vida compatíveis com o sistema ecológico do planeta. A análise ao paradigma do desenvolvimento sustentável traduz a ligação direta entre a degradação ambiental e fatores económicos, sociais e políticos, reconhecendo-se por isso que são necessários novos modelos de governança à escala local e global (Baker, 2006).

A abordagem à agricultura urbana presente no Relatório é feita sob diversas perspetivas, desde as questões relacionadas com a alimentação, passando pela preservação da biodiversidade e conservação dos recursos naturais, bem como sob

o ponto de vista dos desafios sociais, económicos e ambientais que atualmente se colocam às cidades, estabelecendo assim uma relação direta entre desenvolvimento sustentável e agricultura urbana. Apesar de haver, neste documento, apenas uma referência explícita à agricultura urbana, no capítulo cinco, ponto 58, e não uma definição clara do conceito, sugere-se no entanto, que os governos devem apoiar este tipo de iniciativas. O relatório destaca a importância deste tipo de agricultura especialmente em zonas onde os seus habitantes dispõem de pouco acesso a alimentos (WCED, 1987).

No contexto das políticas globais de desenvolvimento sustentável, o Programa de Hortas Comunitárias de Cascais enquadra-se nas diretrizes internacionais emanadas da *United Nations Conference on Environment and Development* (UNCED), que se realizou no Rio de Janeiro em 1992, comumente designada por Cimeira do Rio, e que estabeleceu a Agenda 21, um plano de ação global adotado por 178 nações, que propõe a construção de um novo modelo de desenvolvimento, em direção a sociedades mais sustentáveis.

Numa análise aos objetivos traçados pela autarquia para o programa de hortas em apreço, constata-se que para além de se enquadrarem nas dimensões social, económica e ambiental da tradicional definição de desenvolvimento sustentável, seguem a linha de orientação da Agenda 21 e põem em prática alguns dos aspetos constantes deste instrumento de referência e mobilização para a mudança. Este importante documento orientador salienta a necessidade de rever as políticas agrícolas e de se desenvolverem programas abrangentes e inclusivos, à luz da característica multifuncional da agricultura. Por outro lado refere que estas iniciativas devem assegurar a participação e formação dos cidadãos para a agricultura sustentável (UNCED, 1992).

Mas a Agenda 21 não é o único documento internacional que aponta a agricultura como uma forma de promover o desenvolvimento sustentável. Em 2002, como resultado do *World Summit on Sustainable Development* (WSSD), que se realizou em Joanesburgo, é apresentado o plano de ação com vista à implementação das diretrizes desta conferência. Ao reafirmar um compromisso global com vista ao

desenvolvimento sustentável, este plano encoraja o desenvolvimento e implementação de uma gestão integrada dos solos, baseada num uso sustentável dos recursos naturais. Por outro lado, defende também programas que promovam a produtividade dos solos através de abordagens comunitárias e sempre que possível através da conservação e uso sustentável dos métodos tradicionais agrícolas (WSSD, 2002).

A agricultura urbana, como forma de conservação da biodiversidade, é um ponto em comum entre a A21 e a Declaração de Joanesburgo. Se por um lado a A21 defende que a participação das comunidades neste processo é um elemento essencial, o plano de implementação do WSSD complementa essa ideia com o encorajamento ao desenvolvimento de iniciativas que promovam redes locais ecológicas e corredores verdes (UNCED, 1992; WSSD, 2002).

Mais recentemente, em 2015, reiterando os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, a ONU fixou, na Cimeira de Nova Iorque, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo assim uma nova agenda de ação até 2030, e que resulta do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas (UNRIC, 2015). Neste âmbito, as hortas urbanas podem desempenhar um papel significativo. Dando cumprimento ao primeiro objetivo que pretende erradicar a pobreza, este tipo de prática pode contribuir para que “todos os homens e mulheres, particularmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos”, bem como no acesso aos serviços básicos, à propriedade e controle sobre a terra e recursos naturais. Também a nível ambiental, como já vimos, esta forma de agricultura urbana pode aumentar a resiliência dos mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade e reduzir o impacto de fenómenos extremos relacionados com o clima (UNRIC, 2016).

No que diz respeito à erradicação da fome, sugere-se a duplicação da produtividade agrícola e do rendimento dos pequenos produtores de alimentos. Por outro lado, para a concretização deste segundo objetivo torna-se necessário “garantir sistemas

sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas (...) e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo”. Outro aspeto que pode contribuir para alcançar a erradicação da fome é “manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens (...) e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados” (UNRIC, 2015).

As hortas urbanas podem também ajudar a desenvolver cidades e comunidade sustentáveis, décimo primeiro objetivo, pois favorecem a redução do impacto ambiental negativo *per capita* nas cidades, influenciando, de forma positiva a qualidade do ar, gestão de resíduos entre outros (UNRIC, 2015).

Por último, no campo da ação climática, a inclusão de hortas urbanas nas cidades reforçam a “resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais”, bem como estimulam a educação, favorecendo o aumento da “consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas” (UNRIC, 2015).

Têm sido diversos os autores que relacionam projetos de hortas comunitárias com o desenvolvimento sustentável. Stocker e Barnett (1998) enfatizam o papel das hortas comunitárias como agentes de mudança para a sustentabilidade apontando três funções essenciais, que estes espaços desempenham na sociedade. Por um lado, a função de produção de alimentos frescos, muitas vezes de natureza biológica, que os autores entendem contribuir para a sustentabilidade física e ecológica da comunidade. Por outro lado, as hortas comunitárias estimulam as interações sociais e culturais, que geram um maior envolvimento entre os participantes e destes com a restante comunidade. Por último, destacam a função de serem espaços de investigação, desenvolvimento e disseminação de técnicas e tecnologias relacionadas com a horticultura. Para os autores, ao trabalharem na horta e terem acesso a formação facultada pela organização dos projetos, os

participantes têm frequentemente contacto com temáticas e práticas no âmbito da agricultura biológica, permacultura, resíduos, energias solar, eólica e reflorestação.

As hortas comunitárias têm assistido a um período de renascimento, em grande parte devido ao desejo dos indivíduos se voltarem a ligar aos alimentos, à natureza e à comunidade. Muita da investigação sobre hortas comunitárias sugere que estas iniciativas têm resultados positivos criando uma série de benefícios quer para os indivíduos quer para a comunidade. Isto inclui benefícios ao nível da alimentação, saúde, ambiente e capital social, bem como criando oportunidades para o desenvolvimento da comunidade através da educação, aquisição de competências e treino (Firth et al., 2011).

Ao explorarem a dimensão social do desenvolvimento sustentável, Ferris e colegas relacionaram assuntos como a saúde, educação, desenvolvimento local, alimentação e o uso de espaços verdes na cidade. Para estes autores, as hortas comunitárias são encaradas como espaços de equidade, em que as camadas da população mais desfavorecidas (aquelas com rendimentos mais baixos e que vivem em ambientes mais degradados) podem aceder a espaços para produção de alimentos tornando assim, as hortas em potenciais espaços de respostas às desigualdades sociais (Ferris et al., 2001).

Holland (2004) destaca que a integração de preocupações de âmbito social, ambiental e económico nas políticas locais nacionais e internacionais é um fator promotor da sustentabilidade local. No âmbito da sua análise ao contributo do movimento das hortas urbanas para a sustentabilidade local refere a importância da agricultura urbana para o incremento das economias domésticas familiares, salientando que nos países industrializados, esta agricultura pode contribuir para a melhoria dos padrões alimentares. O autor salienta ainda que a agricultura urbana promove a ligação entre as pessoas e a terra. No que diz respeito às hortas urbanas de carácter comunitário, o enfoque é colocado no envolvimento e participação da comunidade, como fatores promotores da sustentabilidade.

Turner (2011) salienta o peso da agricultura para o reconhecimento da importância sociocultural dos alimentos, defendendo uma maior proximidade dos cidadãos com o sistema alimentar. Neste contexto, as hortas assumem um papel de destaque no aumento do comprometimento das comunidades com hábitos de vida mais saudáveis, gerando novas formas de cidadania ambiental. Estas conclusões foram alcançadas através de pesquisas sobre as motivações dos cidadãos para a participação em atividades hortícolas de carácter comunitário e a sua relação com assuntos ambientais mais abrangentes. A autora constatou que a participação em atividades agrícolas comunitárias promove a ligação dos indivíduos a assuntos ambientais globais tais como a pegada ecológica, as alterações climáticas, a gestão da água e dos resíduos e potencia hábitos de vida mais saudáveis.

Juntamente com o potencial das hortas urbanas comunitárias no que diz respeito à promoção da inclusão social e estreitamento de relações de vizinhança, ao melhoramento do micro clima local e à melhoria da gestão de resíduos orgânicos, Turner destaca a alimentação na equação positiva da agricultura urbana. A diminuição do contacto com a natureza no nosso dia-a-dia contribui para o afastamento dos consumidores urbanos dos produtos que consomem, especialmente os hortícolas.

Apesar de reconhecer o importante papel das hortas urbanas de carácter comunitário no que diz respeito à promoção da sustentabilidade urbana na sua dimensão social, Turner considera que o elemento chave motivacional para os participantes é de ordem individual. O desejo por independência face à obtenção de alimentos (especialmente no que diz respeito aos produtos comercializados nas grandes superfícies), quer o desejo por controlar aquilo que se come, foram as principais motivações apontadas pelos intervenientes alvo do estudo de Turner. Constatou assim que os indivíduos participantes neste tipo de projetos, ao interagirem com a natureza, em particular com o solo e com a água, tornam-se parceiros no processo de crescimento e desenvolvimento dos alimentos (Turner, 2011). A agricultura urbana contribui assim para re-educar os cidadãos para a base ecológica dos alimentos (Deelstra e Girardet, 2000). Ainda no contexto do

contributo das hortas urbanas comunitárias para a sustentabilidade local, alguns autores sugerem também que este tipo de projetos comunitários agrícolas promovem o uso multifuncional dos terrenos e o encorajamento da comunidade a participar na tomada de decisão da gestão do espaço público (Zeeuw et al., 2000).

Outra perspetiva sobre o contributo destes projetos argumenta que as práticas agrícolas urbanas podem ajudar a estabilizar as alterações climáticas de forma direta e indireta. De forma direta através da redução da emissão de gases com efeito de estufa e indireta, através da alteração de estilos de vida e da educação ambiental, tornando as cidades mais resilientes (Okvat e Zautra, 2011).

Firth e co autores (2011) apresentam uma síntese com base nos estudos de Armstrong (2000), Hancock (2000), Wilson (2001), Twiss et al (2003) e Cane e Myhre (2000). Sumarizam os benefícios das hortas comunitárias presentes na literatura mais recente e descrevem como estas iniciativas contribuem para reconstruir e incentivar o sentido de comunidade. Apesar do contexto atual parecer indicar que o sentido de comunidade está a recuar, as hortas comunitárias podem mobilizar e empoderar os cidadãos de uma comunidade, resultando daí um maior sentimento de orgulho e motivação para promover mudanças nas suas localidades. Estes espaços acabam por ser de ajuda, onde diversos grupos podem vencer barreiras, proporcionando oportunidades de gerar capital social e promover interações entre diversos grupos, bem como estimular a inclusão social. Por outro lado identificaram evidências de que as hortas comunitárias agem como catalisadoras para os residentes se envolverem com outros assuntos na comunidade (Armstrong, 2000).

Para Glover, as hortas comunitárias têm muito mais a ver com a comunidade, do que com as hortas em si. A partilha de recursos, proporcionada por este tipo de projetos, estimula as relações sociais que se estabelecem ao longo do tempo que passam na horta. Essas interações sociais, facilitadas pela participação conjunta, podem albergar normas de reciprocidade e confiança, que o autor considera uma forma convencional de capital social. As hortas comunitárias têm assim o potencial de estimular os utilizadores a terem um papel mais ativo no desenvolvimento das

suas zonas de residência, servindo muitas vezes de espaços privilegiados para a construção da comunidade, o que é um indicador comum de presença de capital social (Glover, 2004).

As hortas urbanas, em especial as de carácter comunitário, têm sido apontadas como um modelo de promoção do desenvolvimento sustentável (Turner, 2011) ao apresentarem benefícios à luz das três vertentes da sustentabilidade, conforme sintetizamos:

Na vertente ambiental:

- Contribuem para a proteção da biodiversidade e para promover a ligação dos indivíduos à terra (Holland, 2004);
- Contribuem para a melhoria do micro clima local e da gestão de resíduos orgânicos (Turner, 2011)
- Promovem a ligação dos indivíduos a assuntos ambientais globais (Turner, 2011)
- Contribuem para a estabilização das alterações climáticas (Okvat e Zautra, 2011)
- Promovem a agricultura sustentável (Holland, 2004).

Na vertente social:

- Reforçam as relações sociais (Holland, 2004);
- Promovem a coesão e inclusão social (Turner, 2011; Ferris et al., 2001);
- Favorecem a educação, o treino e a aquisição de competências (Firth et al., 2011);
- Estimulam o estreitamento das relações de vizinhança (Turner, 2011);
- Promovem o sentido de comunidade (Firth et al., 2011; Glover, 2004);
- Promovem a geração de capital social (Firth et al., 2011; Glover, 2004);
- Mobilizam e empoderam os cidadãos (Glover, 2004);

- Promovem a cidadania ambiental (Turner, 2011);
- Favorecem o envolvimento e a participação (Holland, 2004; Zeew et al., 2000; Armstrong, 2000);
- Contribuem para a melhoria dos padrões alimentares, hábitos de vida mais saudáveis e para a alteração dos estilos de vida (Okvat e Zautra, 2011; Turner, 2011; Holland, 2004).

Na vertente económica:

- Proporcionam o incremento das economias domésticas (Holland, 2004).

Concluiu-se assim que as hortas comunitárias desempenham um papel de relevo na promoção da sustentabilidade local. Ao abrangerem as três vertentes do desenvolvimento sustentável, este tipo de projetos, especialmente em contexto urbano podem ser alavancas para a sustentabilidade daquele território.

No contexto da presente investigação, destacamos a vertente social. Se por um lado os espaços hortícolas desempenham um papel importante no âmbito da qualidade ambiental, ao nível social trazem um maior número de benefícios e com impacto mais significativo para a comunidade. A participação dos cidadãos em programas de hortas promove oportunidades de desenvolvimento locais. Num processo que é simultaneamente individual e coletivo, os participantes são mobilizados para um objetivo comum. Esta dinâmica de partilha, interação e integração social gera oportunidades para o desenvolvimento de uma cidadania mais ativa e para o empoderamento dos indivíduos e da própria comunidade, bem como contribui para a geração de capital social.

PARTE II

ESTUDO DE CASO:

O PROGRAMA DE HORTAS COMUNITÁRIAS DE CASCAIS

Parte II Estudo de Caso: O Programa de Hortas Comunitárias de Cascais

Na segunda parte fazemos a exposição do modelo de análise, apresentando a problematização do tema, os objetivos e questão de partida. Através do estudo de caso do programa das hortas comunitárias de Cascais e partindo de uma análise aos *inputs*, processo e *outputs* da participação no projeto, vamos examinar o que leva as pessoas a participar, como é que participam e como é que os resultados dessa participação contribuem para o desenvolvimento sustentável de Cascais.

Nesta fase importa também justificar a metodologia adotada e nesse sentido, argumentamos sobre a opção da pesquisa qualitativa, em especial sobre as razões da escolha do estudo de caso. Descrevemos também o método de recolha de dados e a seleção da amostra, apresentando a caracterização dos entrevistados, bem como os parâmetros de análise das entrevistas semi estruturadas, explicando o processo de categorização das variáveis analisadas.

É também neste capítulo que apresentamos o contexto do programa das hortas comunitárias de Cascais. O seu enquadramento nas políticas de sustentabilidade permite compreender os objetivos da criação do programa e também aí estabelecer uma relação com a promoção do desenvolvimento sustentável local. Por fim, apresentamos uma caracterização do próprio programa e dos espaços onde decorrem as atividades hortícolas.

2.1 Contexto do programa das hortas comunitárias de Cascais

2.1.1 Enquadramento do programa nas políticas de sustentabilidade

Como já referimos, a definição clássica de desenvolvimento sustentável presente no Relatório Brundtland (1987) coloca o enfoque na satisfação das necessidades presentes e na capacidade de satisfazer as necessidades das gerações futuras,

destacando assim a ideia de limites. Limitações estas, relativas à capacidade da biosfera absorver os efeitos da atividade humana e também aos próprios limites de renovação dos recursos naturais (WCED, 1987). Como já referimos a abordagem à agricultura urbana neste documento é feita sob diversas perspetivas, no entanto, importa salientar a relação que o documento estabelece entre as práticas agrícolas urbanas e o seu importante papel na adoção de estilos de vida compatíveis com o sistema ecológico do planeta, na alimentação e na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Aponta ainda a agricultura urbana como uma possível resposta a alguns dos desafios sociais, económicos e ambientais que se colocam aos grandes centros urbanos.

A nível nacional foi elaborada, de acordo com os princípios orientadores da política europeia, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS). Não sendo específico, em relação à recomendação de criação de hortas comunitárias em territórios urbanos, o documento assume a importância do território para a necessária alteração ao modelo económico e aos padrões de crescimento urbano. Esta alteração implica ordenar novas formas de urbanismo e promover o acesso a espaços comuns, bem como por encontrar *uma nova cidade* com ligações aos espaços rurais, indo ao encontro do defendido por Gonçalo Ribeiro Telles.

Em Cascais, o processo da Agenda 21 estabelece dois objetivos centrais. Por um lado, concretizar um programa de ação que visa o desenvolvimento sustentável local, integrando a proteção do ambiente e o desenvolvimento económico e social no processo de planeamento. Por outro lado, pretende realizar um processo consultivo e consensual com as suas populações, sob a forma de uma versão local da Agenda 21 para as comunidades. Este processo orienta-se pelos princípios fundamentais de visão de longo e médio prazo e trabalho em rede (articulação entre entidades públicas e privadas, unidades orgânicas da Câmara Municipal de Cascais, Juntas de Freguesia, instituições académicas e população) e consulta pública, através da auscultação dos munícipes (CMC, 2015). Desta forma, a Agenda 21 Cascais assume-se como um processo constantemente aberto e sujeito a revisões.

Em outubro de 1996, a Câmara Municipal de Cascais decidiu aprovar por unanimidade e submeter à Assembleia Municipal a ratificação da Carta de Aalborg e a consequente adesão aos seus princípios. No entanto, o processo da Agenda 21 em Cascais, desenvolvido em 1997, centrou-se apenas na vertente ambiental, tendo sido realizado um diagnóstico ambiental seletivo, que deu origem ao relatório do estado do ambiente, propostas de vetores de intervenção estratégica para a sustentabilidade ambiental, ações e projetos de intervenção específicos e monitorização com base nos indicadores de sustentabilidade ambiental (Termómetro Ambiental de Cascais), (CMC, 2015).

Em 2005 desencadeou-se um processo de trabalho técnico intra municipal, com o objetivo de atualizar e organizar dados para consolidar a implementação de uma estratégia municipal de desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 do município passou a designar-se Agenda Cascais 21, integrando quatro vertentes de sustentabilidade: governança, desenvolvimento económico, coesão social e ambiente.

Neste âmbito, surgem uma série de programas e projetos relacionados com a sustentabilidade e no qual se inclui o Programa de Hortas Comunitárias de Cascais.

2.1.2 Caracterização do programa¹

Criado em 2010 pelo Gabinete da Agenda Cascais 21 da Câmara Municipal de Cascais, em parceria com a Associação Criativa, com sede no concelho (<https://www.facebook.com/associacaocriativa>), o Programa de Hortas é atualmente gerido pela agência municipal Cascais Ambiente e tem como principais objetivos promover a agricultura sustentável, a alimentação saudável, implementar

¹ Para a caracterização do programa recorreremos a informação recolhida através dos sítios oficiais do Município de Cascais (www-cm-cascais.pt e www.hortasdecascais.org) e da Cascais Ambiente, empresa municipal responsável pela gestão do projeto (www.cascaisambiente.pt), bem como através da informação obtida por via da realização de uma entrevista aos técnicos da Cascais Ambiente.

espaços verdes inovadores, fomentar o potencial sociocultural destes espaços, reforçar o contato dos munícipes com a natureza e potenciar a biodiversidade e a estrutura ecológica do concelho. O programa desenvolve-se com base em duas vertentes: Hortas Comunitárias e Hortas em Casa (CMC, 2015). O objeto de estudo do presente projeto de investigação centrar-se-á na vertente comunitária.

No âmbito do processo de Agenda 21, o corpo técnico da autarquia foi tendo conhecimento sobre algumas experiências de hortas urbanas, em Portugal e no estrangeiro e foram revelando interesse por esse tipo de projetos. Apesar de oficialmente o Programa de Hortas Comunitárias de Cascais ter tido início em 2010, a primeira experiência de criação de um projeto de hortas, surgiu no seio de um processo de participação, em 2009. O pedido proveio da Associação de Moradores do Alto dos Gaios (AMAG) (<https://www.facebook.com/AMAG.com.pt/>), que propôs a criação de uma área verde no bairro, utilizando os recursos naturais existentes e criação de uma horta comunitária.

Segundo os técnicos responsáveis pelo projeto, depois da implementação desta horta, várias pessoas demonstraram interesse em participar, manifestando vontade de que as hortas fossem criadas junto às suas áreas de residência. Em causa estava um bosque devoluto, muito degradado, mas com muito potencial, o Bosque dos Gaios. A população começou a fazer pressão junto do executivo camarário para reabilitar o espaço e o município acedeu a recuperar o espaço expectante, mas chamou para o processo de decisão os moradores daquela área. Através da realização de sessões de participação, no âmbito da Agenda 21, os moradores decidiram que valências queriam no espaço. Um circuito de manutenção, um lago com peixes, uma torre de observação de aves e a criação de hortas comunitárias, foram as soluções resultantes do processo participativo. Surgiu então a primeira Horta Comunitária, a pedido da população, ou seja, fruto de um processo *bottom up*.

Após estar em funcionamento o primeiro espaço hortícola, foi elaborado um regulamento geral que ainda hoje está em vigor. Em setembro de 2009 surge a segunda horta comunitária e em janeiro de 2010 a terceira horta. A partir da

implementação do programa neste terceiro espaço, a equipa técnica começou a centrar mais as suas atenções na vertente comunitária, ou seja, a maior preocupação passou a ser a de fomentar o espírito comunitário. A ideia não era fazer guetos para utilização exclusiva daqueles horticultores, mas que as hortas também fossem apropriadas pelo resto da população.

O enquadramento técnico para a criação do programa salienta a importância da atividade agrícola de subsistência, materializada sob a forma de hortas, na melhoria da qualidade ambiental. O regulamento do programa justifica a implementação do programa destacando que em municípios urbanos, a horticultura torna-se ainda mais relevante para a manutenção da qualidade do solo, da biodiversidade e, conseqüentemente, da estrutura ecológica (CMC, 2009).

Para o município, estes espaços de lazer têm um enorme potencial sociocultural, permitindo um incremento da qualidade de vida dos seus utilizadores. O Programa Hortas de Cascais na sua componente Hortas Comunitárias surgiu assim, com o principal objetivo de criar um novo espaço de horticultura inserido em áreas verdes, cuja manutenção fosse participada, fomentando o espírito comunitário e a apropriação qualificada do espaço público (CMC, 2009).

Uma característica importante deste programa é a de potenciar nestes espaços a agricultura biológica, como forma de garantir e promover a sustentabilidade ambiental, bem como a produção de espécies hortícolas, proporcionando o consumo de alimentos mais saudáveis. Na sua criação foi também tida em linha de conta que já existia uma forte atividade hortícola (de génese espontânea) no Concelho. Fazia sentido, por isso, a reconversão da mesma para uma maior salubridade paisagística e melhoria das infraestruturas para os utilizadores, proporcionando-lhes ainda formação em agricultura biológica, de modo a evitar conflitos de metodologias de cultivo entre a agricultura biológica e a tradicional já em prática.

A génese do Programa Hortas de Cascais contempla ainda uma forte componente educativa, apresentando em espaço próprio ações de formação sobre técnicas de

agricultura biológica, manutenção de espaço público, trabalho comunitário, compostagem e promoção ambiental (CMC, 2009).

As Hortas Comunitárias de Cascais pretendem ser espaços de convívio, lazer e aprendizagem, em que ao mesmo tempo se explore o forte potencial sociocultural para o incremento da qualidade de vida dos seus utilizadores. Os espaços hortícolas são parte integrante da Estrutura Ecológica do concelho e estão localizados, na sua maioria, em parques e espaços verdes de lazer, trazendo uma nova utilização ao espaço público, onde as diferentes gerações podem conviver. Estão implementadas em terrenos da autarquia que são disponibilizados aos munícipes, para a prática de horticultura. Estes terrenos são divididos em talhões com dimensões que variam entre os 15 e os 30m² e equipados com abrigos para as ferramentas, compostores e pontos de água comuns (CMC, 2015).

Os participantes são selecionados por ordem de inscrição, considerando também a proximidade da sua residência em relação à localização da horta. Cada horticultor celebra um contrato com a autarquia, anual, renovável. Os horticultores recebem formação prática e teórica sobre agricultura sustentável e sobre as normas de convivência nos espaços comuns das hortas (CMC, 2015).

A utilização do espaço requer o cumprimento das regras estabelecidas no Regulamento das Hortas Comunitárias. Pretende-se uma convivência sã entre horticultores, uma correta utilização dos recursos disponibilizados, bem como o cumprimento das técnicas de uma agricultura sustentável e livre de químicos, fomentando a prática de agricultura biológica (CMC, 2015).

Atualmente existe uma lista de espera de 1400 pessoas e as inscrições encontram-se permanentemente abertas através de um processo *online*. Não existem candidaturas específicas para uma horta. O programa apresenta uma página na internet em www.hortasdecascais.org e em www.cascaisambiente.pt.

2.1.3 Caracterização dos espaços hortícolas²

O território do concelho de Cascais é constituído pela Vila de Cascais e os centros urbanos das freguesias de Alcabideche, Estoril, Parede, Carcavelos e São Domingos de Rana. Estes centros urbanos têm uma estrutura compacta e consolidada onde o dinamismo e a força residencial das últimas décadas se intensificaram e estenderam. O espaço construído proliferou e os territórios agrícolas retrocederam. O perímetro urbano não possibilita uma distinção clara entre o campo e a cidade (CMC, 2015).

Os espaços hortícolas que integram o programa distribuem-se por todas as freguesias do concelho. Num total de 197 talhões, distribuídos por 11 Hortas Comunitárias, os espaços atribuídos aos agregados familiares têm, em média cerca de 30 m², com exceção da Horta Comunitária do Outeiro de Polima em que a dimensão média é de 15 m².

A sede do programa localiza-se na Horta Comunitária do Bairro de S. João da Rebelva. Com 250 metros quadrados de terreno, é neste local que são dinamizados os conteúdos práticos da formação. Neste espaço é possível encontrar um exemplo de uma horta sustentável, espaço dedicado à formação e a transmissão de conhecimento. As valências do edifício passam por uma sala de formação com capacidade para 35 pessoas e uma cozinha, onde é possível dinamizar conteúdos ligados à alimentação saudável.

Passamos agora a caracterizar os espaços hortícolas, podendo a sua localização geográfica ser consultada no anexo I.

A horta comunitária do Alto dos Gaios, na freguesia do Estoril está inserida num espaço verde reabilitado pela C.M. de Cascais no ano de 2009 e surgiu no âmbito de

² Para a caracterização dos espaços hortícolas recorreremos a informação recolhida através dos sítios oficiais do Município de Cascais (www-cm-cascais.pt e www.hortasdecascais.org) e da Cascais Ambiente, empresa municipal responsável pela gestão do projeto (www.cascaisambiente.pt), bem como através da informação obtida por via da realização de uma entrevista aos técnicos da Cascais Ambiente.

um processo de participação, ocorrido nesse ano. Surge num bosque devoluto, um espaço expectante e que se encontrava em fase de planeamento. Fazem parte deste espaço seis talhões com 30 m².

Localizada na freguesia de S. Domingos de Rana, a horta comunitária do Outeiro de Polima (Figuras 2.1 e 2.2) foi inaugurada em 2010 enquadra-se num espaço verde mais vasto. As hortas de Polima são encaradas por muitos dos participantes como locais pedagógicos, onde os filhos podem entrar em contacto com a terra e aprenderem mais sobre agricultura.



Figura: 2.1 Horta Comunitária Outeiro de Polima



Figura: 2.2 Horta Comunitária Outeiro de Polima

A horta comunitária do Bairro de S. João da Rebelva, na freguesia de Carcavelos e Parede alberga 17 talhões. Implementada em 2010 junto ao Bairro de S. João da Rebelva onde existiam anteriormente algumas hortas de génese espontânea, este espaço, que é também a sede do programa, caracteriza-se por ter entre os seus utilizadores muitos jovens horticultores. Situada junto ao centro de saúde da Parede, num local onde se pensam ter existido hortas no passado, a horta comunitária do Alto da Parede, criada em 2011, situa-se na freguesia de Carcavelos e Parede e conta com 18 talhões.

A horta comunitária do Pinhal dos Navegadores (Figuras 2.3 e 2.4) na freguesia de Cascais foi criada em 2013 e acolhe 24 espaços agrícolas individuais. Está

implementada junto ao bairro de habitação social das Fontainhas. Surge na sequência de uma proposta do Orçamento Participativo e não estava incluída no plano inicial.



Figura: 2.3 Horta Comunitária Pinhal dos Navegadores Figura: 2.4 Horta Comunitária Pinhal dos Navegadores

Situa-se num terreno municipal na Quinta dos Lombos, na freguesia de Carcavelos e Parede, a horta comunitária Quinta dos Lombos (Figuras 2.5 e 2.6) está inserida num espaço público mais amplo. Surge em 2013, com a reabilitação de um terreno municipal que se encontrava devoluto. Curioso é o facto de os utilizadores deste espaço se terem cotizado e frequentemente utilizam as verbas das cotas para pequenos melhoramentos do espaço.



Figura: 2.5 Horta Comunitária Quinta dos Lombos Figura: 2.6 Horta Comunitária Quinta dos Lombos

Na freguesia de Alcabideche localiza-se a horta comunitária da Adroana. Surge em 2014 do contacto direto com a população que mostrou um grande interesse e até alguma necessidade de ter acesso às hortas. Muitos utilizadores utilizam as hortas com o objetivo de melhorar a alimentação familiar.



Figura: 2.7 Horta Comunitária da Adroana



Figura: 2.8 Horta Comunitária da Adroana

A horta comunitária das Joaninhas situa-se junto ao bairro municipal do Zambujal, freguesia de S. Domingos de Rana a sua implementação implicou a recuperação total de um terreno devoluto. Está inserida num espaço verde mais vasto, onde se inclui um campo de jogos.

Na freguesia de S. Domingos de Rana, localizam-se ainda mais duas hortas comunitárias: a horta da Quinta dos Gafanhotos, criada em 2014 e a horta Mantero Bellard, em 2015. Por último, refira-se a horta comunitária do Vale da Amoreira, na freguesia de Alcabideche, criada também em 2015. Posteriormente ao desenvolvimento desta pesquisa foram inauguradas mais quatro projetos de hortas comunitárias, três deles aprovados em termos de orçamento participativo. No entanto, houve já outras propostas de hortas mas que não avançaram, ou seja, não tiveram os votos suficientes.

Quadro 2.1 Caracterização dos espaços hortícolas

Horta	Freguesia	Ano de criação	Nº Talhões	Área média do talhão
Horta Comunitária Alto dos Gaios	Estoril	2009	6	30 m ²
Horta Comunitária Outeiro de Polima	S. Domingos de Rana	2010	30	15 m ²
Horta Comunitária Bairro de S. João da Rebelva	Carcavelos e Parede	2010	17	30 m ²
Horta Comunitária Alto da Parede	Carcavelos e Parede	2011	18	30 m ²
Horta Comunitária Pinhal dos Navegadores	Cascais	2013	24	30 m ²
Horta Comunitária Lombos	Carcavelos e Parede	2013	24	30 m ²
Horta Comunitária Adroana	Alcabideche	2014	28	30 m ²
Horta Comunitária Joaninhas	S. Domingos de Rana	2013	15	30 m ²
Horta Comunitária Quinta dos Gafanhotos	S. Domingos de Rana	2014	12	30 m ²

Horta Comunitária Mantero Bellard	S. Domingos de Rana	2015	6	30 m2
Horta Comunitária Vale da Amoreira	Alcabideche	2015	17	30 m2

2.2 Modelo de Análise

2.2.1 Apresentação do tema

As hortas urbanas assumem um papel relevante, não só a nível ambiental através da manutenção do equilíbrio ecológico como através do seu contributo para a melhoria das economias domésticas e da qualidade da alimentação. Tem sido também reconhecido um papel significativo no âmbito do seu contributo para o estreitamento das relações sociais dentro da comunidade.

A multifuncionalidade destes espaços hortícolas leva a que frequentemente se apontem as hortas comunitárias como modelos para a promoção do desenvolvimento sustentável, em contexto urbano. No entanto, tem sido escassa a investigação sobre os motivos do envolvimento, bem como sobre as motivações e razões da participação (Turner, 2011).

Importa por isso, enquadrar as hortas urbanas, no âmbito do conceito de desenvolvimento sustentável, sendo por isso obrigatória uma abordagem à agricultura urbana presente no Relatório Brundtland (1987). Como já vimos, este tipo de prática agrícola é abordada neste documento numa perspetiva multifuncional. Foca-se essencialmente na sua relação com a alimentação, a

preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, bem como sob o ponto de vista social, em contexto urbano.

Holland (2004) destaca a integração de preocupações de âmbito social, ambiental e económico nas políticas locais nacionais e internacionais, como um fator promotor da sustentabilidade local. No âmbito da sua análise ao contributo do movimento das hortas urbanas para o desenvolvimento sustentável local refere a importância da agricultura urbana para o incremento das economias domésticas familiares, e destaca o seu papel na promoção da ligação entre as pessoas e a terra. No que diz respeito às hortas urbanas de carácter comunitário, o enfoque é colocado no envolvimento e participação da comunidade, como fatores promotores da sustentabilidade.

2.2.2 Questão de partida e objetivos

A principal questão que colocamos é a de compreender o processo de participação em programas de hortas urbanas de carácter comunitário e relacionar essa mesma participação com a promoção da sustentabilidade local. Sendo o objeto central da nossa pesquisa a análise ao processo de participação no programa de hortas comunitárias de Cascais, partimos das seguintes questões:

Porque é que as pessoas participam?

Como é que se processa essa participação?

Quais os resultados da participação?

O que leva as pessoas a participar, quais as suas motivações, como é que participam, que relações estabelecem entre si e como é que os resultados dessa participação contribuem para o desenvolvimento sustentável, são as linhas orientadoras da nossa pesquisa.

Para analisar o processo de participação no programa de hortas comunitárias de Cascais definimos os seguintes objetivos, baseados numa análise aos *inputs*, processo e *outputs* da participação no projeto.

Orientados pelo modelo do voluntarismo cívico proposto por Verba, Schlozman e Brady (1995), abordamos a participação, numa conceção abrangente, procurando assim compreender as razões e motivações dos utilizadores das hortas. Adotando a definição proposta pelos autores, que entende a participação como qualquer atividade que vise ou tenha como consequência, por via direta ou indireta, influenciar a ação governativa, pretendemos identificar o que os leva a participar e os benefícios esperados dessa participação. Por outro lado, para caracterizar o processo em si, ou seja, para perceber como é que os utilizadores participam, que relações têm entre si e com a comunidade local é pertinente descrever as relações entre eles e identificar a perceção dos mesmos acerca dos resultados da participação no projeto, na perspetiva individual, interpessoal e comunitária. Para caracterizar os resultados da participação e o seu contributo para o desenvolvimento sustentável local, é também necessário identificar processos de empoderamento, bem como compreender a participação, enquanto fator promotor de uma cidadania mais ativa. Por fim, partilhando a perspetiva do *World Bank* (2001) de que o capital social deve ser visto, em última análise, no contexto do seu contributo para o desenvolvimento sustentável, é pertinente identificar as relações de confiança, normas e valores comuns presentes no programa.

Quadro 2.2 Objetivos

Objetivo geral	Objetivo específico
<p>Identificar as motivações dos hortelãos para a participação no Programa</p>	<p>(Porque participam?)</p>
	<p>Caracterizar os motivos subjacentes à decisão de participar</p> <p>Identificar os benefícios esperados com essa participação</p>
<p>Caracterizar a participação no Programa</p>	<p>(Como participam?)</p>
	<p>Caracterizar as relações entre utilizadores</p> <p>Caracterizar a perceção dos utilizadores acerca das dimensões da participação (individual, interpessoal e comunitária)</p>
<p>Caracterizar os resultados da participação no Programa</p>	<p>(Quais os resultados da participação?)</p> <p>Capital social</p> <p>Empoderamento</p> <p>Cidadania mais ativa</p>

2.3 Metodologia

2.3.1 Investigação qualitativa

Através de uma análise ao processo de participação no programa de hortas comunitárias de Cascais, procuramos compreender a relação entre a participação e o desenvolvimento sustentável local. Pretende-se assim perceber porque é que as pessoas participam, como participam e quais os resultados dessa mesma participação.

De forma a dar resposta aos objetivos da pesquisa, adotamos a metodologia qualitativa, particularmente relevante e pertinente no âmbito da investigação das relações sociais (Flick, 2006). Tentamos ir assim ao encontro dos objetivos da pesquisa, procurando compreender como se desenvolve o processo de participação, com base nas relações criadas à volta do processo. Por um lado, pretende-se uma perspetiva a partir de dentro e orientada para o processo, por outro lado estamos perante uma realidade dinâmica, pois o objeto de análise encontra-se em curso e em constante desenvolvimento (Carmo e Ferreira, 2008).

2.3.2 O estudo de caso

Face às características anteriormente mencionadas iremos adotar a abordagem de estudo de caso. Para Yin a escolha do método de investigação depende essencialmente de três fatores: o tipo de questão que se pretende averiguar, o controlo que o investigador tem sobre o fenómeno a investigar e se esse mesmo fenómeno é um facto contemporâneo ou histórico. De forma pragmática, o autor, estabelece que se as questões que pretendemos investigar são o “como” e o “porquê”, então o estudo de caso é a metodologia a adotar (Yin, 2003). É o caso da nossa investigação em que propomos analisar o processo de participação no

programa de hortas comunitárias de Cascais, estabelecendo a relação entre os resultados dessa participação e a promoção da sustentabilidade local. O investigador tem muito pouco controlo sobre o fenómeno ou eventos, pois irá pesquisar em contexto real. Por outro lado, trata-se de investigar uma realidade contemporânea. Outro fundamento para a opção pelo estudo de caso é o facto de se pretender desenvolver um estudo exploratório, quando não existe muita informação disponível de estudos prévios sobre participação em projetos de hortas comunitárias. Assim, adotamos a definição de estudo de caso proposta pelo autor:

“O estudo de caso é uma investigação empírica quando se investiga um fenómeno contemporâneo num contexto real, especialmente quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes.” (Yin, 2003)

2.3.3 Recolha de dados

2.3.3.1 Pesquisa documental

Por forma a recolher alguns dados exploratórios desenvolvemos uma pesquisa documental sobre o programa de hortas, nomeadamente através da consulta dos sítios oficiais da Agenda 21 Cascais (<http://www.cm-cascais.pt/sub-area/agenda-cascais-21>) e do próprio projeto de hortas, (<http://www.cascaisambiente.pt/pt/projetos/hortas-cascais>). Recorremos também a artigos de diversos órgãos de comunicação social. Ambas as fontes forneceram os dados de caracterização dos espaços das hortas, nomeadamente o número de talhões e utilizadores em cada horta e a sua dimensão. Foi também possível ter acesso às datas oficiais de início de cada um dos projetos. Através destas consultas, acedemos a informação básica e sistematizada sobre o projeto, o que facilitou a sua caracterização inicial. Através da comunicação social foi possível ter contacto com alguns testemunhos de participantes no projeto. Estas informações foram alvo de

uma análise cuidada e crítica, uma vez que foram difundidas pela entidade promotora do projeto que, como será de esperar, pretende realçar os aspetos positivos do programa. Foram dados importantes uma vez que nos levaram a conhecer o percurso do programa, a origem da sua criação e o seu enquadramento na Agenda 21 Local de Cascais e nas políticas de sustentabilidade do município.

2.3.3.2 Inquéritos por entrevista

Antes de elaborar o guião das entrevistas semi estruturadas a aplicar aos participantes no programa, realizamos uma entrevista a dois técnicos responsáveis pelo programa. Nesta entrevista obteve-se alguma informação sobre as especificidades de cada espaço, sobre as regras gerais de participação no programa e sobre a perceção destes responsáveis sobre o processo de participação. Por outro lado, foi possível conhecer os objetivos iniciais do projeto e o seu enquadramento a nível municipal. Um dos técnicos entrevistados é o interlocutor do município junto dos utilizadores da horta, logo tem um contacto privilegiado com os mesmos.

A recolha de dados junto dos participantes efetuou-se através da realização de entrevistas semi estruturadas. Consideramos este método particularmente adequado, pois permite analisar o sentido que os intervenientes atribuem às suas práticas, e aos acontecimentos com que se vêm confrontados no seu dia-a-dia ou seja, com os seus sistemas de valores, as suas referências e interpretações (Quivy e Campenhoudt, 1992). Ao entrevistar os utilizadores pretendeu-se identificar as suas motivações para a adesão ao programa, compreender a forma como participam e a sua perceção acerca dos resultados dessa mesma participação.

Foram primeiramente realizadas duas entrevistas de teste, a primeira na Horta Comunitária da Adroana e a segunda na Horta Comunitária do Pinhal dos Navegadores, nos dias 1 e 5 de julho de 2016, respetivamente. Após a análise destas entrevistas, procedemos a alguns ajustamentos ao guião. As entrevistas foram realizadas a nove participantes no programa, em quatro hortas comunitárias

distintas: Horta comunitária da Adroana, Horta Comunitário do Outeiro de Polima, Horta Comunitária do Pinhal dos Navegadores e Horta Comunitária da Quinta dos Lombos.

Todas as entrevistas decorreram nos espaços das hortas a que cada entrevistado pertencia e foram realizadas individualmente sem a presença próxima de mais nenhum hortelão ou outro interveniente, isto porque a primeira abordagem foi feita quando os hortelãos se encontravam a trabalhar na horta e para a realização da entrevista deslocámo-nos sempre à área comum por forma também a termos um suporte físico para apoiar o gravador e tirar alguns apontamentos escritos. Antes de iniciar a entrevista, abordei os horticultores identificando-me como estudante e indicando o tema da dissertação, ou seja, a participação em projetos de hortas comunitárias. Não foi mencionada nenhuma ligação do presente estudo ao município. Foi frequente perguntarem-nos qual a instituição de ensino e o nome do curso. Não fomos inquiridos sobre outra atividade profissional, excepto pela Bela, da horta comunitária da Quinta dos Lombos. Nesta primeira abordagem indicávamos também o tempo médio de realização das entrevistas. Para além das duas entrevistas de teste, nenhuma outra foi previamente agendada. Por este motivo, em duas deslocações aos espaços das hortas (Pinhal dos Navegadores e Outeiro de Polima) não foi possível realizar nenhuma entrevista, uma vez que não se encontrava nenhum hortelão presente, mesmo após um período de espera de cerca de duas horas. Na horta comunitária da Quinta dos Lombos, um dos hortelãos não quis ser entrevistado, alegando ter o tempo muito limitado por motivos familiares. As entrevistas foram gravadas com recursos a um gravador áudio, mediante permissão dos entrevistados e tiveram duração entre 17 e 47 minutos. A disparidade na duração das entrevistas deve-se à capacidade comunicacional de cada um dos entrevistados. Almeida, por exemplo, sendo natural da Guiné, não domina totalmente a língua portuguesa e as suas respostas foram sempre muito diretas e curtas. Posteriormente foram objeto de escuta atenta e transcrição integral. As entrevistas realizadas iniciaram-se todas por uma visita ao talhão do

entrevistado e com uma pequena conversa informal sobre as suas culturas, nomeadamente as culturas que tinham e os próximos trabalhos a desenvolver.

2.3.3.3 Amostra

O programa de hortas comunitárias de Cascais está distribuído por 11 projetos/espacos e apresenta um universo de 197 utilizadores. Considerando o custo e o tempo necessários à sua total observação, foi necessário constituir uma amostra.

No caso das entrevistas de teste, foi utilizada a amostragem por contraste (Guerra, 2006). Solicitamos a colaboração aos técnicos municipais no sentido de nos facultarem o contacto de dois utilizadores com perfis muito diferentes em termos sociais, demográficos e económicos. Foi com base nos contactos facultados que realizámos as entrevistas, tendo havido um contacto prévio de enquadramento, feito pelo técnico municipal, junto de dois participantes, aqui designados de Almeida e Madalena. No que diz respeito aos utilizadores, a amostragem foi acidental (Guerra, 2006). Seleccionámos quatro projetos de hortas, dois dos quais foram indicados pelo município (Adroana e Pinhal dos Navegadores), as seguintes hortas foram seleccionadas de forma aleatória, tendo como critério a dispersão geográfica dentro dos limites de Cascais e os limites administrativos das freguesias que compõem o concelho, tendo sido realizada uma entrevista por freguesia. Intencionalmente não foi seleccionada a Horta Comunitária de S. João da Rebelva por ser identificada pelo próprio município como “Horta Sede”, procurando distanciamento relativamente à mensagem veiculada pelo município. Deslocámo-nos aos locais a fim de realizar as entrevistas aos hortelãos presentes naquele momento. À medida que fomos realizando as entrevistas e uma vez que havia sempre mais que um utilizador no espaço, houve a preocupação de entrevistar indivíduos de sexo, idade, habilitações académicas e rendimentos diferentes.

Ao realizar as duas últimas entrevistas, detetámos uma situação de saturação empírica, entendida aqui como o fenómeno em que o entrevistador, ao interrogar os indivíduos que compõem a amostra, se apercebe da repetição das informações. Ou seja, depois de um certo número de entrevistas, o investigador tem a noção de nada recolher de novo em relação ao objeto de estudo (Guerra, 2006). A partir da sétima entrevista, tivemos a perceção de que já não surgiam informações novas relevantes, ou seja, apesar de cada um dos entrevistados salientar mais um aspeto do que outro, já não surgiam respostas novas.

A nossa amostra é assim constituída por nove indivíduos, cinco mulheres, quatro homens, com idades compreendidas entre os 31 e os 69 anos. Três dos entrevistados têm formação superior e dois têm apenas o 4º ano de escolaridade. Os restantes quatro entrevistados têm formação académica situada entre o 6º e o 12º ano de escolaridade.

No que diz respeito ao rendimento mensal do agregado, três dos entrevistados dispõem do ordenado mínimo, ou seja 530€, enquanto dois dos participantes apresentam rendimentos superiores a 2300€ mensais líquidos e quatro deles rendimentos entre os 1000€ e os 1700€.

Considerando que dois dos entrevistados solicitaram que os seus nomes não fossem divulgados, e para utilizar um critério uniforme, optámos por adotar nomes fictícios.

A seguir apresenta-se a lista de entrevistados, por ordem cronológica das entrevistas.

Quadro 2.3 Caracterização dos utilizadores do programa entrevistados

Nome/ Data da entrevista	Horta Comunitária	Idade	Sexo	Formação Académica	Profissão
Almeida 01-07-2016	Adroana	47	M	4º Ano	Pedreiro desempregado
Madalena 05-07-2016	Pinhal dos Navegadores	37	F	12º Ano	Desempregada (trabalhou na área da publicidade)
Fátima 25-08-2016	Adroana	49	F	4º Ano	Empregada de limpeza
Leonor 29-08-2016	Outeiro de Polima	44	F	12º Ano	Administrativa, desempregada
Martins 29-08-2016	Outeiro de Polima	67	M	6º Ano	Emp. Escritório reformado
José 30-08-2016	Quinta dos Lombos	41	M	Licenciatura	Controlador de qualidade
Ângela 30-08-2016	Quinta dos Lombos	31	F	Licenciatura	Farmacêutica
Luís 31-08-2016	Quinta dos Lombos	64	M	9º Ano	Emp. Bancário aposentado
Bela 31-08-2016	Quinta dos Lombos	69	F	Licenciatura	Professora aposentada

2.3.3.4 Análise das entrevistas

Entre os métodos de recolha de dados, na investigação qualitativa, as entrevistas semi estruturadas são muitas vezes tratadas através da análise de conteúdo. Também este é o método de tratamento de dados adotado na nossa pesquisa. Apresentando um certo grau de profundidade, a análise de conteúdo oferece neste contexto a possibilidade de tratar de forma sistemática as informações recolhidas (Quivy e Campenhoudt, 1992).

Assim, a nossa análise será essencialmente temática e categorial. Numa primeira fase procedemos a uma leitura flutuante das entrevistas para identificar os conteúdos de uma forma geral. De seguida passámos a uma análise comparativa vertical, que incidiu sobre as respostas de cada entrevistado/a em relação às diferentes questões. Por último, analisamos de forma horizontal, comparando as respostas dos/as entrevistados/as a cada questão, para identificar semelhanças e singularidades (Ghiglione e Matalon, 1997). Seguindo a metodologia apontada por Quivy e Campenhoudt (1992) a nossa análise irá consistir em comparar as frequências de certas características, que foram previamente agrupadas em categorias significativas. Os autores salientam que neste tipo de análise, uma característica é tanto mais frequentemente citada quanto mais importante é para o interlocutor.

Na elaboração da categorização do conteúdo tivemos em atenção as regras da objetividade e pertinência, apontadas por Bardin (1977). As categorias definidas são objetivas e adequadas ao contexto, uma vez que traduzem a problemática em causa e vão ao encontro das questões centrais da pesquisa.

Tendo por base a análise ao processo de participação e adotando uma visão sistémica, as dimensões de análise centram-se nas entradas (inputs), ou seja porque é que as pessoas participam, no processo propriamente dito, tentando perceber como as pessoas participam e por último, nas saídas (outputs) do processo, isto é, os resultados da participação no programa de hortas. Começámos então por definir

as categorias a partir do guião da entrevista aos utilizadores (Quadro 2.4). Após a recolha de dados, tornou-se necessária a procura de referências comuns nas diversas entrevistas e a sistematização desses significados. Assim, para cada uma das dimensões de análise definimos as categorias e respetivas subcategorias (Quadro 2.5).

PARTE III

RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO:

O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO

Parte III Resultados da investigação: o processo de participação

Considerando os objetivos da presente pesquisa e da análise de conteúdo efetuada às entrevistas realizadas aos utilizadores do programa de hortas comunitárias de Cascais, organizámos a apresentação de resultados, dividindo-a em três partes. Primeiro, vamos identificar as motivações dos utilizadores para participar, ou seja, o que os levou a inscreverem-se no programa. Depois, vamos analisar o processo de participação e compreender as relações estabelecidas entre os utilizadores, bem como as suas perceções relativamente à participação do ponto de vista individual, interpessoal e comunitário. Por último, identificamos os resultados dessa mesma participação.

Em suma, no decorrer da análise de resultados iremos responder às seguintes questões:

- Porque é que participam?
- Como participam?
- Quais os resultados dessa participação?

3.1 Porque é que os utilizadores participam? Análise aos *inputs* da participação

Neste ponto identificamos as motivações e benefícios esperados da participação no projeto. Começamos, no entanto, por relacionar os nossos resultados com os fatores participativos identificados no Modelo de Voluntarismo Cívico de Verba e co autores.

Não sendo motivações em si mesmas, o tempo livre, o rendimento e a forma de recrutamento foram variáveis a ter em linha de consideração na análise das razões que levam os cidadãos a participar no projeto, pois podem influenciar a própria decisão de participar. Da mesma forma, a idade, o sexo e a profissão podem ter

influência nas motivações, percepções e tipos de participação no programa, enquanto traços de caracterização da amostra.

Quadro 2.4 Sistema de categorização inicial

Análise		Categorias	
A	Modelo do voluntarismo cívico	A.1	Recursos
		A.2	Envolvimento
		A.3	Recrutamento
B	Motivações para a participação	B.1	Motivos que levaram à participação
		B.2	Benefícios esperados da participação
C	Processo de participação	C.1	Relações entre utilizadores
		C.2	Percepção acerca das dimensões da participação
D	Resultados da participação	D.1	Capital social
		D.2	Empoderamento
		D.3	Cidadania

Quadro 2.5 Sistema de categorização final

Análise	Categorias	Subcategorias	
A Modelo do Voluntarismo Cívico	A.1 Recursos	A.11	Tempo
			Dinheiro
			Competências Cívicas
	A.2 Envolvimento	A.21	Participação em associações ou grupos informais locais
	A.3 Recrutamento	A.31	Como obteve conhecimento do projeto
B Motivações para a participação	B.1 Motivos que levaram à participação	B.11	Gosto pelo contacto com a terra e a natureza
		B.12	Melhoria da qualidade dos produtos que consome
		B.13	Melhoria da economia doméstica
		B.14	Convívio
		B.15	Ocupação de tempos livres
		B.16	Transmissão de saberes/experiências aos filhos
		B.17	Tradição cultural ou familiar
	B.2 Benefícios esperados da participação	B.21	Melhoria da alimentação familiar
		B.22	Melhoria da economia doméstica
		B.23	Ocupação do tempo livre de forma saudável
		B.24	Estilo de vida mais saudável
		B.25	Melhoria da qualidade de vida

C Processo de Participação	C.1 Relações entre utilizadores	C.11	Média de horas passadas na horta, por semana
		C.12	Frequência de com que está na horta com outros hortelãos
		C.13	Partilha de materiais, sementes, conhecimentos
		C.14	Temáticas abordadas em grupo
		C.15	Relação interpessoal ou de grupo para além da horta
	C.2 Perceção acerca das dimensões da participação	C.21	Perceção dos ganhos pessoais da participação no projeto
		C.22	Perceção dos ganhos para os utilizadores da participação no projeto
		C.23	Perceção dos ganhos para a comunidade
	D Resultados da participação	C.3 Capital social	C.31
C.32			Concordância com as normas do programa
C.33			Confiança na manutenção da horta em caso de impossibilidade
C.34			Iniciativas conjuntas
D.1 Empoderamento		D.11	Aquisição de novas competências e conhecimentos
D.2 Cidadania		D.21	Participação em outros projetos da comunidade/bairro
		D.22	Hábitos de informar as autoridades
	D.23	Alteração de hábitos e comportamentos	

3.1.1 Recursos, envolvimento e recrutamento

Orientados pelo Modelo do Voluntarismo Cívico de Verba, Schlozman e Brady (1995), procurámos perceber o que leva as pessoas a participar, quais as suas motivações. No modelo adotado, e como já referimos, os autores dão-nos uma perspetiva sobre os fatores participativos e focam-se em três aspetos que motivam a participação: recursos, envolvimento e recrutamento. Como vimos anteriormente, o modelo do voluntarismo cívico define recursos de forma concreta e aborda a sua relação com a participação. Os autores destacam três tipos de recursos: tempo, dinheiro e competências cívicas.

Relacionando o modelo teoricamente adotado e os resultados nas nossas entrevistas, constatámos que os fatores participativos que os nossos entrevistados evidenciaram diferem dos fatores apontados pelos autores do modelo, oferecendo novos olhares sobre as motivações subjacentes ao processo de participação. Tal pode encontrar fundamento no fato de o modelo se centrar em atividades de participação que tenham como objetivo influenciar a ação governativa, na sua maioria de carácter político e o nosso estudo centra-se numa participação que, à partida, não tem conotação com o coletivo político mas sim com o indivíduo, não anulando por isso a aplicação do modelo.

Vejamos então a relação entre a posse dos recursos (tempo, dinheiro e competências cívicas) e a participação. Independentemente do nível de rendimento familiar e do tempo disponível, os cidadãos tomaram a iniciativa de participar. Aliás, dois dos participantes foram motivados pela possibilidade de poupança nas despesas familiares, ou seja, o facto de terem um rendimento familiar baixo motivou também a opção de participar. Por outro lado, os utilizadores com maiores rendimentos mensais, que nem sempre dispõem de muito tempo disponível, foram motivados por outros fatores como o gosto pelo contacto com a terra e a natureza e a possibilidade de consumir produtos de melhor qualidade. Não foi nem o rendimento, nem o tempo disponível que pesaram mais na hora de decidir sobre a

adesão ao programa, apesar de ter sido mencionado por dois entrevistados que o tempo disponível foi uma das motivações. Ainda ao nível dos recursos, e entendendo as competências cívicas como “as capacidades organizacionais e de comunicação” (Verba et al, 1995), o modelo do voluntarismo cívico mede objetivamente estas competências através da posse de vocabulário e da capacidade de comunicar, bem como através das experiências organizativas e de comunicação em outras organizações, como no trabalho, na igreja ou em associações. Não nos foi possível neste estudo analisar de forma objetiva as reais capacidades de comunicação dos entrevistados, no entanto, quando questionados se tinham experiência organizativa ou associativa a resposta foi na sua maioria negativa, registando-se apenas resposta afirmativa de dois utilizadores, Madalena, que pertence também ao programa municipal Tutor de Bairro e à Associação Criativa e Bela, professora voluntária da Universidade Sénior de Oeiras. Outro dos entrevistados mantém ainda ligação a uma associação da sua terra de origem.

Não sendo possível esta análise objetiva às capacidades de comunicação, podemos no entanto, tal como os autores, estabelecer a relação entre o nível de instrução e a participação. Neste modelo sugere-se que a educação potencia a participação através do desenvolvimento de capacidades que são relevantes para a participação, como por exemplo a escrita e a leitura, pois possibilitam um maior acesso a informação, acabando por estimular o sentido de responsabilidade cívica. Ora, analisando as habilitações académicas dos nossos entrevistados constatamos que a motivação para participar é transversal a todos os níveis de ensino.

Quadro 3.1 Recursos dos/as entrevistados/as

Entrevistado	Formação Académica	Tempo livre por semana	Rendimento mensal líquido (agregado familiar)
Almeida	4º Ano	30 horas	530€
Madalena	12º Ano	2 horas	3500€
Fátima	4º Ano	2 horas	530€
Leonor	12º Ano	2,5 horas	530€
Martins	6º Ano	20 horas	1500€
José	Licenciatura	4 horas	2300€
Ângela	Licenciatura	4 horas	1000€
Luís	9º Ano	6 horas	1700€
Bela	Licenciatura	20 horas	1500€

No que diz respeito ao envolvimento, identificámos, tal como Verba e co autores, a consciência de grupo que leva os indivíduos a sentir uma ligação uns com os outros. Madalena salienta a importância dessa ligação:

“Há aqui um sentimento de pertença que nos é inculcado, apesar das terras não serem nossas, serem da Câmara de Cascais, nós é que estamos a tomar conta deste espaço (...) não é apenas a questão de sair daqui com um cestinho de hortícolas (...) Temos a questão de em comunidade fazer funcionar, não só o nosso talhão de terra, como a gestão de toda a horta”.

José também manifesta esse sentimento de envolvimento:

“Agora parece que pertencço a algo... não é só à horta (...) parece que fui integrado num grupo”.

Por último, procurámos aferir da influência do recrutamento na participação no programa de hortas comunitárias, perguntando aos utilizadores de que forma tiveram conhecimento do projeto, tentando assim compreender como surgiu o apelo para a participação. Sete dos entrevistados tiveram conhecimento do programa através de consultas na internet, suscitadas pela leitura ou visualização de notícias na comunicação social. Apenas dois dos entrevistados tomaram conhecimento do projeto através de familiares ou amigos. Constatámos que o recrutamento não tem um papel relevante na hora de decidir participar. Tal como no modelo de voluntarismo cívico, este fator pode contribuir positivamente, mas não é o fator determinante. Como veremos de seguida, outras motivações pesaram mais na hora de decidir sobre a participação. Pode contribuir, mas não é determinante, outras motivações, como veremos de seguida, pesaram mais na hora de decidir sobre a participação.

3.1.2 Motivações para a participação

As motivações para participar em projetos de hortas comunitárias têm sido objeto de análise em diversos estudos (tal como apresentado na parte I, capítulo 3, do presente estudo). Entre os motivos mais citados na literatura, a alimentação tem tido um papel de destaque (Stocker e Barnett, 1998; Firth et al., 2011; Holland, 2004; Turner, 2011). Quer seja por querer consumir alimentos mais frescos, livres de produtos químicos, quer pela possibilidade de poder poupar por não ter que adquirir esses mesmos produtos, a auto produção de produtos hortícolas é um dos motivos mais vezes citado para a participação neste tipo de programas (Turner,

2011). O amor pela terra e pela natureza, a possibilidade de usufruir de um ambiente seguro para atividades ao ar livre, bem como querer melhorar a sua área de residência, são outros dos motivos frequentemente apontados (Shinew et al, 2004). Para além destas motivações, são também muitas vezes referidos os benefícios para a saúde, incluindo a saúde mental (Armstrong, 2000). Kingsley e Townsend (2006), resumem a literatura sobre a matéria e destacam alguns dos motivos mais frequentemente identificados para a participação em projetos de hortas comunitárias:

- Criação de uma estética positiva no local das hortas, promovendo a segurança (Glover, 2004);
- Gosto pelo contacto com a terra e a natureza (Armstrong, 2000; Shinew et al, 2004);
- Motivos éticos, como a preocupação com a sustentabilidade ambiental (Irvine et al, 1999);
- Desenvolvimento de relações com outros membros da comunidade (Armstrong, 2000);
- Aprendizagem sobre plantas, sementes, métodos de cultivo (Lewis, 1996);
- Possibilidade de fazer exercício físico (Armstrong, 2000).

Os motivos comumente apontados para a participação em projetos de hortas comunitárias expressos na literatura coincidem em grande parte com os motivos apontados pelos nossos entrevistados. Quando não mencionados de forma explícita, os motivos mais identificados na literatura, acabam por cruzar-se com os motivos identificados pelos utilizadores das HCC. Começamos então por identificar as motivações apontados pelos nossos entrevistados.

3.1.2.1 Gosto pelo contacto com a natureza

A agricultura é uma das formas mais comuns de contacto com a natureza, em contexto urbano (Shinew et al, 2004). Talvez por isso a maior parte dos entrevistados tenha apontado o gosto pelo contacto com a terra e com a natureza como uma das principais motivações para a sua participação no PHCC. Madalena, utilizadora da Horta Comunitária Pinhal dos Navegadores, salienta:

“(…) sentia a necessidade de ter uma vida mais pausada” (...) “sentia muito a falta do contacto com as coisas de mais ligação à terra e necessidade de um afastamento da vida urbana, da cidade”.

Enquanto para Bela, o contacto com as plantas e a terra tem “algo de poético” para Ângela, este tipo de contacto é “terapêutico”. Por outro lado, Leonor entende que todo o processo de fazer crescer os alimentos é muito gratificante:

“(…) a pessoa acompanhar o crescimento e às vezes a morte (sim porque algumas das plantas às vezes morrem e não acompanhamos a sua maturação), tudo isso é interessante, é gratificante”.

No seu estudo sobre a forma como as hortas comunitárias contribuem para a melhoria da saúde e bem-estar das populações, Kingsley e Townsend (2006), constataram que muitos dos utilizadores das hortas viam estes espaços como “santuários”, onde pessoas se podiam juntar e afastar da pressão da vida quotidiana. Quer seja por proporcionar um escape para o *stress* do dia-a-dia, quer seja por permitir um contacto próximo com a natureza, a pesquisa destes autores revelou que os utilizadores têm a perceção dos benefícios da participação em hortas comunitárias, ao nível da melhoria da sua saúde e bem-estar.

Ângela, que como já referimos, considera a participação na horta como terapêutica, realça que “os seres humanos têm, por natureza, uma ligação à terra” e defende que “se mantivermos essa relação, conseguimos viver em harmonia”. Esta ideia de proximidade com a terra e com o acompanhar o crescimento dos produtos hortícolas foi mencionada pelos nove entrevistados. Entre estes, seis estabeleceram a relação entre o gosto pelo contacto com a terra e as suas experiências de infância, tradições culturais e/ou origens familiares, ou seja, justificaram a sua motivação com memórias de infância, tradições das suas terras de origem e o seu enquadramento e historial familiar.

3.1.2.2 Melhoria da qualidade dos produtos alimentares

Nos últimos anos surgiram receios acerca da qualidade dos produtos alimentares que consumimos, nomeadamente preocupações com o uso excessivo de produtos químicos. A agricultura industrializada e a sua produção e consumo em massa levou a um afastamento entre as pessoas e o sistema alimentar, especialmente nos centros urbanos. Para Turner (2011) as hortas comunitárias podem encorajar múltiplos pontos de vista que ligam o sistema alimentar ao ambiente, paisagem, economia local e comunidade. No âmbito do afastamento das pessoas do sistema alimentar este autor salientou o contributo das hortas comunitárias para o reconhecimento individual e coletivo da importância sociocultural dos alimentos, facilitando assim o envolvimento das pessoas com o sistema alimentar. De acordo com o autor, a ausência da natureza do quotidiano dos cidadãos contribui para um crescente afastamento entre os consumidores urbanos e os produtos alimentares que compram e consomem. Realça no entanto, que restabelecer o envolvimento das pessoas com o sistema alimentar requer o reconhecimento da importância sociocultural dos alimentos e de todo o processo que o envolve: a sua produção, preparação e consumo. A hortas comunitárias, ao proporcionarem o acompanhamento de todo este processo, podem oferecer o caminho para o

desenvolvimento de um compromisso a longo prazo com práticas de vida mais sustentáveis (Turner, 2011). Para José, um dos principais motivos que o levou a inscrever-se no programa foi o desejo de “poder fazer parte do processo de crescimento dos alimentos que a família consome”. Todos os entrevistados referiram de forma positiva o carácter biológico da agricultura que praticam, salientando os benefícios de lhes proporcionar acesso a produtos hortícolas de maior qualidade, “produtos libertos de químicos, adubos, pesticidas...”, salienta José.

No estudo de Turner, tal como no nosso, outro dos motivos mais citados para a participação em programas de hortas comunitárias foi o desejo individual dos participantes cultivarem e fazerem crescer os seus próprios alimentos, associado ao sentimento de independência em relação aos produtos que consomem. Os participantes expressaram a ideia de rejeitar o controlo exercido pelas grandes superfícies, que ditam o que os consumidores urbanos consomem e para Leonor esta é uma questão importante:

“(…) quando compro, deixo de saber o que estou a comer (...) se tivéssemos mais conhecimentos exigiríamos mais qualidade nos alimentos que comemos. Não ficaríamos passivos em relação àquilo que nos vendem nas grandes superfícies”.

A motivação para fazer crescer os seus próprios alimentos não diz respeito apenas à melhoria da qualidade da alimentação familiar, através do consumo de produtos biológicos mas também à sensação de liberdade de escolha. Leonor refere uma das suas principais motivações:

“(…) não ter que comprar produtos cultivados de forma industrializada, que foram sujeitos a processos de crescimento com adubos, fertilizantes químicos... (...) “Pelo menos aqui tiramos algumas coisas um bocadinho mais limpinhas para comer”.

Martins também salienta a qualidade dos produtos:

“Sabe bem comer produtos mais frescos, assim sabemos o que estamos a comer”

Pudemos identificar assim que a questão alimentar está presente nas motivações dos utilizadores, não só na preocupação da qualidade dos produtos que se consomem, como também na sensação de independência em relação aos produtos hortícolas industrializados.

3.1.2.3 Melhoria da economia doméstica

Muitos dos projetos de hortas comunitárias surgiram como resposta a diversos problemas tais como a exclusão social, pobreza, degradação ambiental e ausência de espaços de recreio e lazer, e têm sido associados, como já referimos, à alimentação sob dois pontos de vista: por um lado, promovendo uma alimentação mais saudável, através do aumento do consumo de frutas e vegetais e como resposta às questões da segurança alimentar nomeadamente as relacionadas com o uso excessivo de produtos químicos na agricultura industrializada. Por outro lado, melhora a economia doméstica permitindo poupar na aquisição deste tipo de alimentos (Holland, 2004). Apenas dois dos participantes apontaram como motivação para a sua participação a poupança na aquisição de produtos hortícolas. Para Almeida e Fátima, com a sua participação na horta não têm que gastar verba do orçamento familiar para comprar certos produtos. Almeida realça:

“(…) não preciso de me preocupar em comprar batatas, tomate, milho, alfaces e outras coisas” e conclui: “Poupo muito.”

A agricultura urbana tem-se tornado numa importante estratégia para incrementar as economias familiares e providenciar alimentos onde há pessoas, ou seja, contribuindo também para a redução da pegada ecológica dos alimentos (Holland, 2004).

3.1.2.4 Ocupação de tempo livre

Dois dos entrevistados referiram a ocupação de tempo livre como uma das motivações para a participação. Almeida por estar desempregado, diz que a horta é um motivo para sair de casa, ao passo que Martins, diz ter muito tempo livre depois de se ter reformado:

“(...) se eu não tivesse a horta, o que é que eu andava a fazer?”.

Para Milligan e co autores (2004) as atividades desenvolvidas na horta proporcionam aos seus utilizadores o sentimento de satisfação de ter alcançado alguma coisa. As hortas comunitárias criam espaços inclusivos, onde as pessoas, especialmente as mais idosas, podem usufruir dos benefícios das hortas, num ambiente protegido e que promove o combate ao isolamento, favorecendo a criação de redes.

3.1.2.5 Transmissão de conhecimento

Krasny e Tidball (2009) consideram as hortas comunitárias como ambientes heterogéneos que integram preservação ambiental, ativismo cívico, interações sociais, expressões culturais e segurança alimentar. Assim sendo, proporcionam o contexto ideal para a aprendizagem, contribuindo para uma população mais

instruída, preocupada com o ambiente e que participa na vida cívica. Entendem estes projetos como uma prática comunitária rica que integra múltiplas atividades e competências e que por esse motivo proporciona oportunidades únicas para diversos tipos de aprendizagem.

No nosso estudo, ficou expressa a preocupação dos entrevistados, em relação à formação dos filhos. Também na área da formação das crianças e jovens, as hortas comunitárias parecem dar resposta a algumas das preocupações dos pais.

Neste contexto, surgem dois tipos de motivações, por um lado a possibilidade de poder proporcionar aos filhos “um local em que possam estar em contacto com a natureza, que possam correr, sujar-se, semear, plantar, regar”, refere José. Por outro lado o desejo de dar oportunidade aos filhos de aprenderem sobre esta temática. Madalena salienta que queria que o filho crescesse em contacto com uma horta “que estivesse ligado a este tipo de atividades” e José reconhece que a horta “é um excelente espaço de aprendizagem para os filhos”.

As hortas comunitárias podem influenciar positivamente o desenvolvimento dos jovens, fornecendo a oportunidade para estimular a participação em atividades construtivas. A participação de jovens nestes projetos revelou ser uma contribuição positiva para a comunidade ao permitir o estabelecer de relações entre os jovens e os adultos, dotando-os de competências interpessoais e desenvolvendo uma espécie de controlo informal. Por outro lado, a participação nestes projetos melhora os conhecimentos na área da nutrição, estimulando o consumo de fruta e vegetais (Krasny e Tidball, 2009). Leonor manifesta também a preocupação com a ausência deste tipo de temáticas na formação dada às crianças e jovens:

“Acho que estes conhecimentos são aquele tipo de conhecimentos que deveríamos ter desde a infância nas escolas. Hoje em dia existe esse trabalho mas a determinada altura deixam de dar esse tipo de informação na escola porque acham que a informação que tiveram no jardim-de-infância foi suficiente.”

Ainda no contexto do papel das hortas na transmissão de conhecimentos, Clavin (2011) faz notar que ao participarem em atividades e processos práticos, os utilizadores ganham competências objetivas, que aplicadas a outras esferas da vida, estimulam a confiança e a auto estima. As aprendizagens por partilha de histórias, materiais, plantas, sementes entre outros, criam uma rede de suporte aos indivíduos participantes. Ainda noutra perspetiva, os utilizadores têm normalmente a oportunidade de aprender sobre a produção dos alimentos, acabando por valorizar o próprio produto. Proporcionar um contacto próximo com a natureza, bem como conhecimentos e experiências no contexto das hortas foi encarada como uma forte motivação para estes utilizadores.

3.1.2.6 Tradição cultural ou familiar

As tradições familiares e culturais foram outro dos motivos referidos pelos utilizadores para a sua participação no programa de hortas. Por um lado, a tradição cultural e familiar expressa pelos entrevistados de origem imigrante, como expressa Almeida:

“(...) era uma coisa que fazia na minha terra, era agricultor e desde que mudei para o bairro a ideia era essa, arranjar um sítio onde pudéssemos ter uma horta”.

Fátima realça que na sua terra toda a gente cultiva um pouco de terra “senão não tem o que comer”. Recorda os seus tempos de infância em que passava muitos dias na horta, com a mãe e a avó. Ambos referiram que desta forma podiam cultivar alguns produtos típicos das suas terras e que dificilmente conseguem encontrar nas lojas. Neste contexto, Tanaka e Krasny, (2004) advogam que as hortas comunitárias podem ser vistas como espaços privilegiados para a participação, fornecendo ao mesmo tempo uma ligação entre imigrantes e a sua herança cultural. Por outro lado, as hortas são também entendidas como mecanismos através dos quais

indivíduos e comunidades preservam, expressam e afirmam a sua cultura (Draper e Freedman, 2010).

A motivação de origem familiar, focada nas lembranças de infância foi também muito referida.

“A nível familiar sempre houve uma tradição, e haver um quintal, não é..., o meu pai enquanto pôde sempre teve um pedacinho de terra que cultivava e eu desde criança que me habituei a ver isto e achava engraçado. Sempre tive esse perfil, se calhar é uma questão genética, a minha avó era florista no mercado do Bulhão. As flores, as plantas, as hortas estão um bocadinho na genética”.

(Leonor)

“Sabe, os meus pais eram agricultores, eu cresci com aquilo até aos 15 anos e sempre gostei de mexer na terra”.

(Luís)

“Lembro-me da minha infância, em casa dos meus avós na Beira Baixa... boas recordações”.

(José)

Associado ao gosto pelo contacto com a terra e a natureza, as tradições culturais e familiares foram as razões mais apontadas para a participação no programa, seguidas da possibilidade de melhorar a qualidade dos produtos alimentares que as famílias consomem e da vertente educativa/formativa das hortas.

O convívio não foi identificado como um motivo para a participação, no entanto, os entrevistados referiram o convívio como um dos benefícios da sua participação, como veremos de seguida.

3.1.3 Benefícios esperados com a participação

Depois de analisadas as motivações para a participação, vamos debruçar-nos sobre os benefícios que os utilizadores esperam alcançar, ou seja, o que esperam com a

sua participação. Quando questionados sobre que benefícios esperam alcançar, as respostas foram no mesmo sentido das suas motivações, sendo que a alimentação volta a ser um aspeto bastante referido.

3.1.3.1 Melhoria da alimentação familiar

Nos países industrializados, a agricultura urbana é muitas vezes vista como um mecanismo para alcançar um bom estado de saúde e uma melhor nutrição nos residentes nas áreas urbanas (Holland, 2004).

Como já foi referido, o afastamento dos consumidores urbanos dos produtos que consomem, especialmente os hortícolas, pode gerar efeitos adversos nas economias locais, no estado de saúde geral da população, no ambiente e na coesão social (Turner, 2011). A melhoria da alimentação familiar foi apontada por todos os entrevistados, como um dos principais benefícios esperados da sua participação no programa. A obrigatoriedade de praticar agricultura biológica foi mencionada por cinco dos entrevistados como um benefício que teria implicações positivas na alimentação familiar e consequentemente na saúde, porém, todos salientaram a qualidade dos produtos produzidos na horta, independentemente do seu carácter biológico.

Leonor vê a “horta como uma forma de dar a conhecer a agricultura e os produtos biológicos”, a hortelã realça que o programa é um conceito “cem por cento biológico” e espera ter cada vez mais benefícios por praticar agricultura biológica, quer para a saúde, quer para o bem-estar geral. Leonor afirma:

“Está provado que há muitas doenças que advêm da alimentação industrializada e com muitos químicos. Muitos adubos, coisas que só nos intoxicam e nos matam a pouco e pouco... ao longo dos anos vão-nos matando.”

Ainda em relação à qualidade dos produtos hortícolas, José diz-nos que os alimentos que tira da horta são muito bons, apesar de a quantidade não ser muita devido às dimensões dos talhões, mas para ele, as suas hortícolas “são sempre saborosas e verdadeiras”.

Martins reconhece que a maioria dos utilizadores está a aproveitar para levar para casa produtos sem químicos, biológicos. E recorda que todos os utilizadores têm formação nesta área: “Até tivemos que ir à Câmara aprender o que é que se pode pôr e o que é que não se pode pôr.”

Este reconhecimento de que os produtos que produzem nas suas hortas são melhores por não terem estado sujeitos a tratamentos e fertilizantes químicos, revela uma preocupação também confirmada nos estudos de Kingsley e Townsend (2006), que expressa a relação que os utilizadores das hortas estabelecem entre alimentação, nutrição, saúde e segurança alimentar.

3.1.3.2 Melhoria da economia doméstica

Como benefício, a possibilidade de poupar alguma parte do orçamento familiar por não adquirir produtos hortícolas foi identificada por dois entrevistados. Ambos salientam a qualidade, mas o fator económico acaba por ter um papel mais importante.

Fátima evidencia muito bem este duplo papel:

“(…) o que eu levo para casa daqui é muito bom, é bom para a carteira e para saúde”.

Nesta matéria, Holland (2004) recorda as recomendações presentes no Relatório Brundtland (WCED, 1987), que sugere que a produção de alimentos poderia permitir um maior acesso de alimentos aos mais desfavorecidos e apoiar o desenvolvimento urbano. Neste documento orientador, a agricultura urbana é

abordada essencialmente sob o ponto de vista da saúde e nutrição juntamente com os benefícios económicos da oportunidade de promover um incremento das economias domésticas.

3.1.3.3 Convívio

Para Glover e co autores (2004), as hortas comunitárias têm muito mais a ver com comunidade do que com as hortas propriamente ditas. Estes espaços, muitas vezes percecionados como espaços de socialização, estimulam as comunidades locais a aderir a atividades coletivas de lazer. Considerando o contexto atual das cidades, com a urbanização excessiva, o individualismo e as quebras das relações de vizinhança, as hortas comunitárias podem contribuir para um sentimento de segurança (Kigsley e Townsend, 2006). Indo ao encontro das conclusões destes estudos que destacaram o papel da interação social nas hortas comunitárias, também a maioria dos nossos entrevistados espera criar relações com os outros utilizadores e outros membros da comunidade. Glover e colegas (2005) constata que os participantes esperavam poder socializar com outras pessoas quando aderiram ao projeto, ou seja, estabeleceram o propósito de criar e partilhar interações sociais com os outros hortelãos e com a comunidade. Também quatro dos nossos entrevistados expressaram esperar o convívio da sua participação.

Luís realça a interação com a comunidade:

“Vai-se convivendo, nisso é muito bom. Até as pessoas do bairro costuma cá vir com as crianças e a mostrar as nossas hortas”.

Nas hortas comunitárias, a sociabilidade aparece como um incentivo chave para a participação (Glover, 2005). Bela identifica este benefício:

“O convívio é muito engraçado. Há pessoas muito diferentes e eu acho muito giro serem todas diferentes, terem até opiniões, gostos, formações e maneiras de estar diferentes e eu acho isso muito engraçado.”

3.1.3.4 Estilo de vida mais saudável e melhoria da qualidade de vida

Para além da ligação que estabelece com a alimentação, Turner (2011) constatou que a participação em atividades agrícolas comunitárias promove a ligação dos indivíduos a assuntos ambientais globais tais como a pegada ecológica, as alterações climáticas, a gestão da água e dos resíduos e potencia hábitos de vida mais saudáveis. As hortas urbanas de carácter comunitário assumem um papel de destaque no aumento do comprometimento das comunidades com hábitos de vida mais saudáveis (Turner, 2011). A noção de consumo sustentável tem crescido e tem sido discutida no âmbito da cidadania ambiental e da necessidade de adotarmos estilos de vida mais sustentáveis. São diversas as diretrizes internacionais que referem a necessidade de alteração aos atuais padrões de consumo e produção.

Também os nossos entrevistados manifestaram esperar com a sua participação, adotar um estilo de vida mais saudável, quer pela melhoria alimentar, no aumento da quantidade e qualidade de vegetais que consomem, quer por passarem tempo ao ar livre, em contacto com a natureza e em convívio.

“Espero mais exposição solar porque obriga-me a sair de casa e isso é extremamente importante, o contacto com a terra, que também é importante, parece que a pessoa extravasa um pouco as coisas más e sai daqui mais leve. Atualmente o Guilherme (filho) vem aqui e faz um bocado de disparate mas pelo menos, está em contacto com a natureza e sai mais de casa”.

(Leonor)

Para além da alimentação, José salienta a importância de andar ao livre e o contacto com a natureza proporcionado à família:

“Isto melhora a qualidade de vida das pessoas nas cidades.”

Para Ângela, que tem a horta essencialmente para cultivo de plantas medicinais, a sua participação na horta permite “um estilo de vida mais de acordo com a natureza, mais sustentável”, e salienta:

“(...) faz-nos refletir sobre o que consumimos, como é consumido, sem dúvida contribui para uma melhor qualidade de vida.”

3.2 Como é que os utilizadores participam? Análise ao processo de participação

Vejamos agora como é que as pessoas participam, como se processa essa participação, que tipo de produtos cultivam, quanto tempo passam na horta, com que frequência estão com outros colegas, que relações têm umas com as outras e quais as suas perceções acerca da sua participação.

3.2.1 O processo de participação

A prática agrícola nestes projetos é de carácter biológico e como vimos essa característica foi salientada pelos entrevistados. Dada a importância atribuída aos produtos que produzem e para conhecermos um pouco melhor as hortas e os hortelãos, começámos por perguntar que tipo de produtos produziam. Na sua maioria, os talhões são ocupados com hortícolas da época. Há também a presença de flores e plantas ornamentais, como forma também de manter a biodiversidade,

protegendo as culturas e plantas medicinais, como no caso de Ângela que se dedica maioritariamente a este tipo de cultura.

A média de horas passadas na horta varia entre duas e 30 horas semanais. Os entrevistados que passavam mais tempo na horta ou estão desempregados ou reformados, nestes quatro casos a média de horas despendidas no local varia entre as 14 e as 30 horas. No caso dos utilizadores ativos profissionalmente a média de tempo passado na horta oscila entre as 2 duas e seis horas semanais.

Procurámos também saber como é que os hortelãos se relacionam entre si e que relações estabelecem. Apuramos que durante o período que passam na horta, todos os entrevistados afirmaram estar no espaço com outros colegas, com muita frequência.

A partilha de materiais, sementes e conhecimentos é também reconhecida por todos os entrevistados. José conta-nos que “tem a ver com a natureza do projeto. São hortas comunitárias, é suposto as pessoas interagirem e partilharem”. Bela refere que essa partilha e troca cria “um ambiente muito agradável”.

Madalena dá-nos alguns exemplos de partilhas que ocorrem na sua horta:

“Os abrigos são comuns, para cada seis, sete pessoas. Cerca de três pessoas têm um ponto de água. Depois temos a liberdade de termos os nossos próprios materiais mas se tivermos que pedir aos vizinhos, pedimos. Acabamos na prática por quase todos termos as mesmas ferramentas e depois haver coisas que partilhamos, vou-lhe dar um exemplo, eu comprei um carrinho de mão, porque houve aí uma altura em que precisei do carrinho de mão para transportar algumas coisas e depois mandei um e-mail a dizer que este carrinho de mão passaria a ser da horta, todos nós podemos usá-lo e está aqui para todos usarem. Outro exemplo, eu fui comprar enxofre. O enxofre é baratíssimo, mas implicou uma deslocação de carro e por isso eu comprei mais do aquele que preciso e ficou para todos, ou por exemplo uma picareta, eu não tenho uma e quando preciso, vou pedir aos meus colegas, ou um dia que eu não trouxe a chave do abrigo e preciso de um regador... mas tem que haver bom senso, no fundo acabamos por usar os materiais uns dos outros”.

Outra perspetiva interessante é a de Leonor:

“Partilhamos as frustrações, os sucessos e partilhamos também sementes, plântulas. Ainda este ano, as alfaces que plantei eram de outro hortelão, foi ele que me deu. Partilhamos também conhecimento, eu criei uma página no *Facebook* para trocarmos dúvidas e questões uns com os outros, porque às vezes não é fácil estarmos todos fisicamente à mesma hora, pelo menos fica na página do *Facebook*. Partilhamos várias coisas e mesmo culturas que conseguimos tirar da terra e não tivemos tempo de mostrar uns aos outros, nós tiramos fotografias e mostramos uns aos outros, é um bocado a nossa vaidade também.”

Procuramos agora identificar as temáticas abordadas quando estão em grupo. O principal tema abordado entre os utilizadores é a própria horta, o seu desenvolvimento e a envolvente, no entanto, os temas do dia-a-dia também têm presença quase constante. Almeida refere que em grupo falam de tudo, da crise, do trabalho, do futebol, e das plantas e de como melhorar as culturas. Leonor refere que muitas vezes falam também da área envolvente às Hortas:

“Trocamos preocupações, às vezes é mais sobre a área do Parque Urbano, porque é a envolvente da horta e tudo de mal ou de bom que possa ocorrer aqui acaba por nos influenciar também.”

Foi também identificado outro tema de conversa, menos frequente, mas com significado para os objetivos da nossa pesquisa. As temáticas ambientais, incluindo assuntos ambientais globais são muitas vezes temas de conversa entre os utilizadores, como realça Madalena:

“(…) falamos de assuntos a que todos somos sensíveis, por exemplo a compostagem, a reciclagem, a vida cívica em Cascais, a tudo isso nós somos sensíveis, o facto de estarmos no

projeto das hortas já diz alguma coisa sobre quem aqui está e temos alguns temas que nos unem a todos (...).

Ângela ri ao referir que “os hortelãos mais velhos já parecem entendidos em alterações climáticas e aquecimento global e assuntos desse género.” Esta ligação a assuntos ambientais mais abrangentes foi identificada nos estudos de Turner (2011) cujas conclusões estabeleceram uma relação entre a participação em atividades hortícolas de carácter comunitário e assuntos ambientais mais abrangentes.

A maioria dos entrevistados não se encontra com os colegas hortelãos fora do contexto das hortas. Apenas Madalena participa, juntamente com outro utilizador, em outro projeto municipal. Mas no contexto das hortas a maioria manifestou ter relações próximas e de amizade com os restantes colegas horticultores e afirmaram desenvolver tarefas conjuntas e ajudarem-se mutuamente, como se assinala com alguns testemunhos:

“Acabámos por nos tornar amigos uns dos outros, mas o ponto de encontro é aqui na horta (...) acontece muitas vezes fazermos coisas em grupo, irmos buscar estrume, ou dois de nós que vão comprar plantas juntos, ou por exemplo fazermos coisas em conjunto na horta. Por exemplo eu agora vou ajudar na horta de um colega e ele vem ajudar na minha, isso acontece muito. Eu em concreto, considero-me amiga dos meus colegas da horta, mas não combino coisas com eles porque já nos encontramos na horta, isto já é o nosso tempo livre”.

(Madalena)

“A gente só se encontra aqui na horta, mas quando é para ir comprar plantas vou com um colega, ele leva o carro e eu ajudo a escolher as plantas (...) Tenho sempre que fazer aqui na horta e ainda ajudo alguns colegas que têm menos tempo.”

(Martins)

Apesar de não se encontrarem fora das hortas, todos consideram benéficas as relações que mantêm com os outros colegas horticultores.

3.2.2. Perceção acerca das dimensões da participação

3.2.2.1 Perceção dos ganhos individuais da participação no projeto

A perceção dos utilizadores entrevistados relativamente aos ganhos pessoais da sua participação foi positiva, ou seja, todos expressaram ter ganhos pessoais, com a participação no programa. Os ganhos apontados pelos utilizadores vão ao encontro dos benefícios esperados e das motivações para participar, anteriormente identificados. Importa esclarecer que os benefícios esperados analisados nos *inputs* do processo e os ganhos identificados da sua participação no projeto acabam por ser bastante idênticos. Esta similaridade de resposta encontra fundamento no fato de as entrevistas se terem realizado quando os utilizadores já estavam inseridos e a participar no processo e elas próprias não faziam distinção entre os benefícios esperados e os ganhos da sua participação, o que evidencia também a necessidade de aprofundar os estudos sobre os resultados da participação e/ou os ganhos percebidos pelos utilizadores.

A possibilidade de criar os próprios produtos hortícolas, o contacto com a terra e a natureza foram os ganhos mais mencionados, do ponto de vista individual. O contacto com a natureza é não só apontado como uma motivação, como também um benefício e um ganho do ponto de vista individual para o participante. Esta necessidade de contacto com a terra foi claramente identificado. As hortas assumem assim um papel importante para os utilizadores. Os espaços verdes nas cidades permitem as comunidades envolverem-se com a natureza diariamente (Tan e Neo, 2009). “O contato prático com a terra” é muito importante para Madalena

enquanto Bela acha que com o contacto com a natureza “nos tornamos mais pessoas, mais humanos”.

Na relação que estabelece entre as hortas comunitárias e a melhoria da saúde e bem-estar dos residentes urbanos, Kingsley e Townsend (2006) sugerem que os residentes urbanos, ao participar em atividades hortícolas de carácter comunitário, tornam-se física e socialmente ativos e passam a sentir-se parte da comunidade. Na sua pesquisa, os utilizadores das hortas comunitárias descreveram a horta como um ambiente relaxante, que os faz sair de casa, estar ao ar livre em contacto com o ar fresco, permitindo o acesso a um ambiente agradável. Os participantes viam na horta uma forma de ligação à natureza. Também foi identificado neste estudo o sentimento de realização, satisfação pessoal, pois alguns participantes encaram as hortas como uma oportunidade de realização individual.

A preocupação com o consumo de produtos mais saudáveis é comum a todos os entrevistados que apontaram a sua participação na horta como uma forma de consumir produtos hortícolas mais saudáveis. Contudo, a possibilidade de poupança foi apenas referida por dois horticultores. Fátima dá-nos a sua perspetiva:

“Bem, o que eu levo para casa daqui é muito bom, é bom para a carteira e para a saúde, é diferente comer uma coisa que a gente planta e vê crescer... tem um sabor diferente. E é muito bom não comprar tomate, cebola, alface, hortaliça....”.

Em comunidades com baixos recursos económicos, como é o caso do bairro da Adroana, de génese social e onde residem Fátima e Almeida, as hortas comunitárias evidenciam um papel facilitador da equidade social, em que as camadas da população mais desfavorecidas (que são aquelas com rendimentos mais baixos e que vivem em ambientes mais degradados) podem aceder a espaços para produção de alimentos tornando-se estes espaços uma possível resposta às desigualdades sociais (Ferris, et al., 2001).

Ainda do ponto de vista individual os entrevistados perspetivam a sua participação também como uma forma de convívio, que de outra forma não teriam, e uma forma de ocupar o tempo, sair de casa e estar mais tempo ao ar livre, como refere Ângela:

“O tempo que passo na horta passo-o de forma saudável, ao ar livre e em contacto com a terra, o que não aconteceria se não tivesse a horta. Depois, e isto não estava á espera, tornou-se muito agradável este convívio aqui na horta a partilha de conhecimentos, os ensinamentos dos mais velhos... é um ambiente muito saudável.”

Luís salienta:

“(...) tem sido muito bom pelo convívio, estar em grupo e sair de casa.”

Leonor conta-nos a sua experiência pessoal:

“Já dei a experimentar aos membros da família alguns dos produtos que conseguimos tirar daqui, e as pessoas sentem-se muito agradecidas e felizes porque dizem que tem um sabor diferente, uma textura diferente, que agrada ao paladar. A família que está fora vê as fotografias e acha giríssimo e interessante e perguntam-me muitas vezes se não tenho mais fotografias e como estão as culturas”.

Pudemos assim constatar que os utilizadores percecionaram ganhos ao nível individual em relação à qualidade da alimentação e da eventual poupança daí gerada, do contacto com a terra e a natureza e do convívio e ocupação de tempo de forma saudável.

3.2.2.2 Perceção dos ganhos da participação no projeto para os utilizadores

Também numa perspetiva interpessoal, a perceção dos utilizadores no que diz respeito à participação no programa, é bastante positiva. Mais uma vez os ganhos

mais mencionados foram a melhoria da alimentação em termos de qualidade, tendo-se destacado, de novo, o carácter biológico da agricultura praticada. Para Martins, a maioria dos horticultores “está a aproveitar para levar para casa produtos sem químicos, biológicos” e diz, com orgulho: “porque aqui é tudo assim, sem químicos.”

A ocupação do tempo livre e o convívio gerado entre os utilizadores e a comunidade envolvente foram outros dos benefícios reconhecidos. De forma genérica, os entrevistados reconhecem a multiplicidade de ganhos com a participação na horta.

José destaca essa versatilidade:

“De uma maneira geral as pessoas que estão neste projeto têm a possibilidade de fazer crescer os seus próprios alimentos, de contribuir para um ambiente mais saudável, de poder ter contacto com a terra, de transmitir isso aos filhos e amigos e tudo isto torna as pessoas mais solidárias”.

Twiss e colegas (2003) concluíram que as hortas comunitárias respondem a questões relacionadas com a nutrição e a atividade física ao mesmo tempo que promovem o papel da saúde pública na melhoria da qualidade de vida de duas formas: através do aumento da atividade física e do aumento do consumo de vegetais.

Uma das questões mencionadas foi a de considerarem que a participação na horta funciona como um “antidepressivo”. Também no nosso estudo identificámos esta opinião:

“Isto é um excelente anti depressivo (...) Há pessoas que trabalham em Lisboa e que fazem a A5 que é extremamente pesada ao final da tarde, e vêm à horta ao final do dia somente para regar e isso é suficiente para chegarem a casa mais bem-dispostos. É benéfico nesse sentido e é benéfico para a pessoa ter aquele momento sem interferências externas, sem televisão, sem telemóveis, um momento em que a pessoa esquece de tudo. É um anti depressivo excelente.”

(Leonor)

Kingsley e Townsend (2006) constataram que observar as plantas a crescer e estar ativamente envolvido no processo, proporciona o contexto para uma ligação à terra que permite um contacto próximo com a natureza, sendo esta uma forma de libertar a tensão. Detetaram também influências positivas com impacto no dia-a-dia dos utilizadores das hortas, incluindo viver em comunidade em vez de viver sozinho.

Por outro lado Madalena reconhece que a participação no programa trouxe à generalidade dos participantes uma maior consciência do consumo dos alimentos, dos espaços verdes, da produção de produto biológicos, das temáticas do desperdício, reciclagem, reutilização, entre outros assuntos ambientais e comunitários, que em sua opinião “são tudo assuntos que eu acho que as pessoas das hortas são sensíveis e que de facto eu gostava que as outras pessoas do concelho também fossem”.

A ocupação do tempo de forma saudável é outro dos ganhos reconhecidos, tal como refere Ângela:

“Para muitas destas pessoas isto é uma forma de ocuparem o tempo, de não estarem fechados em casa, de saírem e de pertencerem a este grupo.”

A interação com os outros horticultores e os moradores da zona envolvente também foi identificada por Bela:

“É muito bom para ocupar o tempo e para conviver, mesmo as pessoas do bairro que não têm horta, passam por aqui e falam connosco, gostam de ver as hortas.”

Na dimensão interpessoal, os utilizadores percebem a participação de forma bastante positiva, tendo identificado ganhos não só ao nível da alimentação e ocupação de tempo de forma saudável, como também do ponto de vista do convívio, de uma maior consciência individual das questões ambientais. Por outro

lado é reconhecido os benefícios para o combate ao stress causado pela vida quotidiana.

3.2.2.3 Perceção dos ganhos da participação no projeto para a comunidade

A perceção entre os utilizadores entrevistados sobre os benefícios para a comunidade são bastante mais abrangentes. Mantém-se uma visão positiva do programa e dos ganhos ao nível comunitário. Nesta matéria, os benefícios reconhecidos para a comunidade vão para além das questões relacionadas com a alimentação e o contacto com a natureza.

Madalena diz-nos que “não é só cultivar, é o sentimento de pertença” e dá-nos a sua visão:

“Eu costumo dizer que para mim o produto principal das hortas de Cascais e em geral das hortas de lazer, não são as hortícolas, é o produto social, é o lazer, é o sermos obrigados a uma vida comunitária e a uma interação com os nossos colegas horticultores que nos vai obrigar a uma série de exercícios de encaixe, de ajuste e de interação entre pessoas completamente diferentes. Há aqui uma variedade muito grande e eu acho que para mim é um produto social, é uma experiência social de integração entre munícipes”.

A utilizadora salienta que os horticultores são “obrigados a gerir esta horta comunitária em conjunto” e rejeita a ideia individualista:

“(…) não é só sobre o nosso talhão, não é só sobre aquilo que eu estou a produzir em termos de hortícolas na minha terra (...) há aqui um sentimento de pertença, que nos é incutido”.

Muitas hortas comunitárias conduzem a uma maior organização na vizinhança, fornecendo a localização física para os residentes se encontrarem, socializarem e aprenderem sobre outras atividades nas suas comunidades locais (Armstrong, 2000).

José recorda que antes do projeto ter sido criado:

“(...) os reformados não sabiam o que fazer com o tempo livre (...) pessoas que moravam umas ao lado das outras e nem se conheciam. Agora as pessoas passam e dizem bom dia, acho que isso também é bom, ter uma comunidade que está mais ligada entre si.”

Glover e co- autores (2005) considera as hortas como um terceiro espaço, fora do ambiente do trabalho e de casa, onde as pessoas podem juntar-se e criar ligações, bem como identificarem-se como membros de uma comunidade. Ângela chama a este fenómeno “ a irmandade da horta”, salienta o facto de pessoas tão diferentes se juntarem para um projeto comum.

Madalena realça que este esforço comum, uma ligação que acaba por contribuir para uma maior consciência cívica:

“(...) Porque há aqui uma parte muito importante da consciência do poder que nós temos de intervenção no concelho (...) Nós temos muito mais influência e muito mais poder (...) do que os cidadãos que não participam. Ao participar num projeto municipal de participação cívica consegue-se ter uma consciência cívica muito mais presente do seu próprio poder de intervenção”.

Stocker e Barnett (1998) referem que os efeitos da socialização na horta podem conduzir ao que Dagger (1997) teorizou como uma cidadania educativa, onde os utilizadores são expostos a uma variedade de perspetivas e um profundo sentido de interligação com os seus vizinhos, incluindo pessoas desconhecidas para elas, albergando desta forma um sentido de comunidade e dever de participação cívica

que pode superar o individualismo e os interesses pessoais. Adiantam ainda que os projetos comuns podem desenvolver importantes capacidades ao expor os cidadãos à ligação entre os seus interesses privados e a esfera pública. Para os autores, a natureza ativa da participação na horta facilita a socialização e a interação cara-a-cara. E ao tomarem decisões coletivas é dada a oportunidade aos utilizadores de se juntarem a um esforço de grupo e tornarem-se membros ativos da comunidade. Madalena corrobora a ideia:

“Envolver as pessoas em projetos como as hortas de Cascais, ou projetos de intervenção cívica é dar-lhe a noção que há muitas, muitas coisas que estão nas mãos delas, é perceberem que fazem parte da equipa da Câmara de Cascais e que são uma extensão disso e que fazem a diferença”.

Esta ideia de poder também foi expressa por Almeida, que considera que depois da implementação das hortas a Câmara Municipal passou a ter mais atenção em relação às questões do bairro.

Os entrevistados de origem imigrante salientam que a agricultura está ligada à cultura africana e que o facto de os residentes no bairro poderem manter essa ligação às suas raízes, é muito positivo.

Fátima contextualiza o apreço pelas hortas na comunidade de origem africana:

“Aqui há muitos africanos e africano tem que ter pedaço de terra para cultivar, faz parte da nossa maneira de ser...”.

Outros referem o lado positivo da boa utilização dos terrenos municipais. Destacam de forma positiva a utilização de terrenos sem utilidade ou devolutos serem utilizados para a implantação das hortas. Desta forma, os terrenos estão ocupados e cultivados, com todos os benefícios que isso acarreta em termos ambientais, como refere José:

“(…) os terrenos em vez de baldios são ocupados com culturas, logo liberta-se mais oxigénio. As pessoas podem aceder a alimentos mais saudáveis e estar em contacto com a natureza”.

Para Leonor este conceito de hortas acarreta o “benefício dos terrenos estarem ocupados e cultivados e de as pessoas tirarem algum proveito a todos os níveis, quer materiais, quer a nível de saúde”. Tal como José, Ângela relembra a importância ambiental:

“Estes terrenos estariam abandonados e assim estão ocupados e contribuem para uma melhor qualidade do ar.”

3.3 Os resultados da participação

Depois de identificarmos os motivos que levam os cidadãos a participar neste tipo de projetos e compreender de que forma participam, vamos agora caracterizar os resultados da participação no Programa de Hortas Comunitárias de Cascais, ao nível da criação de capital social, empoderamento, e promoção da cidadania.

3.3.1 Capital social

Num artigo que examina a natureza e a construção da comunidade nas hortas comunitárias, Firth e colegas (2011) mostram como as hortas comunitárias ajudam a criar coesão e vitalidade entre os membros da comunidade contribuindo para a geração de capital social. Glover e co autores (2004) sugerem que a partilha de recursos que ocorre neste tipo de projetos, estimula as relações sociais que se estabelecem ao longo do tempo em que participam. As interações sociais que se

criam dentro do projeto podem alojar normas de reciprocidade e confiança, que o autor refere como a forma convencional de capital social. Considerando as hortas comunitárias como potenciais espaços de construção da comunidade, um indicador comum de capital social, sugere que quanto mais os indivíduos participam no projeto, mais autonomia experienciam e mais as suas capacidades individuais são desenvolvidas, logo, maior é a acumulação de capital social que pode ser transferido para outras esferas sociais.

No contexto da nossa investigação privilegamos o conceito de capital social, sob a perspectiva do Banco Mundial (Grootaert e Bastelaer, 2001), que sugere que o capital social deve ser visto, em última análise, no contexto do seu contributo para o desenvolvimento sustentável. Na moldura analítica deste organismo internacional, entende-se que o capital social de uma sociedade inclui instituições, relações, atitudes e valores que orientam as interações entre as pessoas contribuindo não só para o desenvolvimento económico, como também social. Como vimos anteriormente, a noção de que as relações sociais, redes, normas e valores têm um papel importante no funcionamento e desenvolvimento de uma sociedade, tem sido presença assídua na literatura.

Muitas têm sido as tentativas de medir e identificar o capital social (tal como apresentámos na parte I, capítulo 2, do presente estudo). Baseado em estudos anteriores sobre o capital social, nomeadamente nos estudos de James Coleman (1990) e Robert Putnam (1993), o Banco Mundial (2001) sugere que o foco da investigação sobre o capital social se mantenha em três tipos de indicadores: de pertença a uma associação ou grupo local, indicadores de confiança e aderência às normas e indicadores de ação coletiva. Estes três indícios da presença de capital social, consensuais no seio da comunidade científica (Portes, 2000, Woolcock 1998, Narayan 1999, Serageldin and Grootaert 2000, Woolcock and Narayan 2000) refletem a perspectiva de que o capital social afeta os resultados ambientais e centra as atenções em aspetos como as redes e grupo, normas e valores comuns e ação coletiva.

Para identificarmos a existência de redes e grupos, perguntámos aos entrevistados se pertenciam a mais algum grupo, quer fosse de carácter formal ou informal.

Quatro dos entrevistados não estão inseridos em mais nenhum grupo e dos cinco entrevistados que confirmaram pertencer a outro grupo, apenas Almeida pertence a grupos informais no bairro. Todos os outros integram grupos associativos mas sem qualquer ligação ao bairro. Apenas Madalena está formalmente ligada a um projeto não específico do bairro, mas de âmbito municipal, neste caso o programa Tutor de Bairro. Podemos afirmar que o grupo da horta constitui uma rede por si só, perspetivando-se como fazendo parte de um grupo e que essa rede tem ligações com outras exteriores aos projetos e aos bairros ou zonas onde as hortas estão inseridas.

No que diz respeito às normas e valores comuns, inquirimos os utilizadores alvo do estudo sobre a sua concordância com as normas do projeto. Todos, sem exceção manifestaram a sua concordância o estabelecido para o programa, como enfatiza José:

“(…) é sempre complicado gerir tantas expectativas e vontades, mas acho que o projeto está bem montado”.

Por forma a compreender a relação de confiança entre os utilizadores, perguntámos ao cuidado de quem deixariam a horta, em caso de impossibilidade dela cuidarem. Exceto Almeida, que tem por hábito deixar as tarefas agrícolas a cargo da sua esposa ou filho, na sua ausência, os restantes inquiridos afirmaram optar por deixar a horta a um colega do projeto. Madalena faz notar:

“(…) se tivesse que confiar a horta a alguém seria sempre a um colega porque eles já sabem tudo sobre o assunto. Pode fazer diferente de mim mas fazem bem.”

Esta relação de confiança na manutenção da horta faz também sobressair os valores comuns e as normas instituídas. Madalena entende que a horta ficaria

melhor entregue a uma colega pois partilham com ela os mesmos valores e estão sujeitos às mesmas regras em relação à horta, como é o caso do carácter biológico da agricultura praticada.

Procurando identificar outra componente importante do capital social, a ação coletiva, quisemos saber se os utilizadores propunham ou realizavam iniciativas conjuntas na horta. Também aqui a resposta foi afirmativa por parte de todos os entrevistados. Todos afirmaram ter participado em iniciativas de melhoria da horta e alguns referiram o convívio gerado entre os utilizadores, conforme nos conta Madalena:

“Acontece por exemplo quando temos que fazer trabalhos em conjunto aqui na horta, ficamos depois a comer um petisco e a beber uma cerveja, temos ali uma mesa na zona comum para estarmos ali um bocadinho”.

Numa análise aos resultados da participação no programa constatámos que os utilizadores passam por um processo de empoderamento ao nível individual, no entanto, os utilizadores destacam a vertente comunitária deste processo. Quando se expressam sobre o processo de empoderamento do ponto de vista individual o enfoque é quase sempre colocado ao nível da aquisição de conhecimentos sobre a agricultura, no entanto, salientam o reforço das competências ao nível comunitário e a sua aquisição de poder junto do município.

Por outro lado, identificamos a associação da participação no projeto de hortas com a prática de uma cidadania mais ativa. Neste âmbito, foi expresso pelos utilizadores um sentimento de maior responsabilidade perante a própria comunidade.

Por último, a presença de capital social, também identificada nos resultados da participação, manifestou-se através da identificação de redes, normas e valores comuns, confiança entre os seus membros e pela ação coletiva. Pudemos constatar que ao participarem no programa, os utilizadores criaram e estreitaram os laços entre si, resultado do convívio gerado na horta. Ora, esta intensificação das relações, permitiu um conhecimento interpessoal que de outra forma não existiria.

Por outro lado, as relações criadas entre os hortelãos permitiram gerar um sentimento de confiança que estimula a cooperação (Pretty e Ward, 2001), fazendo emergir redes de ajuda e colaboração que extravasam para a comunidade, gerando benefícios individuais e de grupo. A confiança vai sendo adquirida à medida que se fortalecem laços sociais, fruto das relações diárias na horta. As trocas recíprocas entre os seus membros e as normas e valores partilhados pelo coletivo permitem compartilhar também a responsabilidade de fazer parte do projeto. Tal como Putnam (1993) observa na sua análise, as interações criadas nas relações interpessoais que surgiram da participação nas hortas, possibilitaram a emergência de um compromisso cívico, pois ao participarem, os cidadãos adquirem normas de reciprocidade.

“(…) quem está num projeto como as hortas ou num projeto municipal consegue ter uma consciência cívica muito mais presente do poder de intervenção que tem em tudo o que sejam atividades cívicas do município, do que quem não está num projeto destes. Quantos mais projetos destes houver, sejam eles hortas outra coisa, mais as pessoas têm essa consciência.”

(Madalena)

Um dos aspetos mais focados pelos entrevistados foi o sentimento de grupo gerado entre os utilizadores, que nos remete também para as associações voluntárias estudadas por Putnam (1995), e que estabelece uma relação causal entre a participação em projetos voluntários ou associações e o aumento de confiança e das relações de reciprocidade, entre membros do grupo.

Importa também realçar que apesar dos participantes identificarem diversas motivações para a inscrição no programa, quase todos parecem identificar “efeitos inesperados” da sua participação. Isto é, quando questionados sobre os motivos que o levaram a participar no projeto, a maioria dos entrevistados aponta motivações de ordem individual (a alimentação, contacto com o ar livre, poder transmitir conhecimentos aos filhos, plantar ervas medicinais, entre outros), no entanto, surgiram efeitos, que não haviam sido programados (Albuquerque, 2008).

No nosso estudo importa realçar que os participantes identificaram resultados, na sua maioria, de carácter coletivo (a ligação aos moradores do bairro, o convívio entre os utilizadores, a melhoria da qualidade de vida familiar, etc). Estas duas vertentes, a individual e a coletiva, enquadram-se na divisão proposta por Putnam de *bridging* e *bonding social capital*. Ou seja, por um lado identifica-se a criação de capital social gerado entre os participantes, fruto das suas relações de reciprocidade, valores e normas comuns e o capital social gerado fruto das relações entre os participantes no projeto e a comunidade.

Estes resultados também se articulam e convergem com a análise de Lin (1999) porquanto também neste programa o estreitamento das relações sociais contribuíram para o fortalecimento da identidade e do reconhecimento.

“Acho que é muito bom para a comunidade e para as pessoas. O convívio entre pessoas diferentes que têm as hortas em comum é muito positivo, e quando não é as hortas é o gosto pela terra, mesmo quem não tem horta, às vezes passam por cá para ver.”

(Bela)

“(…) antes da hortas, as pessoas moravam umas ao lado das outras e nem se conheciam. Agora as pessoas passam e dizem bom dia, acho que isso também é bom, ter uma comunidade que está mais ligada entre si.”

(João)

3.3.2 Empoderamento

Jamison (1985) e Lin (1999) citados por Firth e colegas, 2011) argumentam que as hortas comunitárias têm o potencial de empoderar os cidadãos para que tomem papéis mais ativos na sua vizinhança. Como já vimos, ao analisar as teorias relacionadas com o empoderamento de Perkins e Zimmerman (1995) ao nível organizacional, como é o caso de uma horta comunitária, os resultados do empoderamento podem incluir o desenvolvimento de redes, o próprio crescimento organizacional e favorecer a influência política. Esta construção teórica sugere que

o empoderamento ao nível comunitário pode incluir evidências de pluralismo e de recursos partilhados e um entendimento crítico do contexto social e político. Neste campo, encontrámos na cotização dos hortelãos da Quinta dos Lombos evidências de empoderamento. Esta associação voluntária de utilizadores, que assumem o compromisso de pagar mensalmente uma verba para as despesas de manutenção e melhoria da horta, revela não só a partilha de recursos atuais e futuros (ao juntarem o dinheiro da cota, estão a pensar em ações coletivas futuras) como também o assumir de um compromisso perante a comunidade de hortelãos, assumindo que não têm que estar apenas dependentes da autarquia mas que eles mesmos podem contribuir para o melhoramento do espaço, acabando por ver o seu papel de cidadãos valorizado. Madalena, para quem o programa é um “projeto de integração social” entende a sua participação na horta também como uma forma de poder:

“Uma das questões principais é o que nós em conjunto, como comunidade de munícipes, conseguimos alcançar, qual é o nosso poder (...) Nós temos muito mais influência e muito mais poder do que quem não está num projeto como as hortas ou num projeto comunitário”.

Questionámos os entrevistados sobre se tinham o entendimento de ter adquirido novas competências, úteis para outros campos das suas vidas. Todos afirmaram ter obtido novos conhecimentos, não tendo relacionado diretamente essa aquisição com o ganho de novas competências. Almeida, dá-nos um exemplo:

“(...) a gente sempre está aprendendo, cada dia estamos aprendendo um bocadinho, nós vimos plantas que nunca tínhamos visto lá em África e eles também viram plantas de África que nunca tinham visto. E gostaram dessas plantas e começaram a pedir à gente para plantar nas suas hortas.”

Ângela também salienta a “troca constante” e adianta que “o contacto com as outras pessoas tem sido muito positivo”.

Também Bela considera positiva a sua participação com que diz respeito à aquisição de novas competências:

“Na decorrência da pessoa lidar com outras pessoas, mesmo que não nos apercebamos disso, aprendemos. Aprendemos a viver melhor, aprendemos a ter mais compreensão, a gostar ou a aperfeiçoar o gosto pelo que é diferente e em relação ao próprio trabalho na horta também se vai aprendendo.”

José que se considerava um “mero curioso” assume que sempre gostou das temáticas ambientais:

“A agricultura começou a exercer em mim, um certo fascínio. Não sei se é o poder de fazer crescer, se calhar até é uma questão meramente egoísta, não sei. Mas sim, tenho aprendido imenso em diversos campos, não só na área da agricultura”.

(José)

3.3.3 Cidadania

Como já vimos, alguns autores realçam a importância da participação em projetos de hortas comunitárias na promoção de uma cidadania mais ativa. Para confirmarmos esta teoria, começámos por procurar saber se os utilizadores participam em mais algum projeto comunitário. Apenas dois participantes estão inseridos em outros projetos comunitários: Almeida, sempre disponível para participar nas atividades do Bairro da Adroana, tanto em grupos informais que organizam convívios, bem como na própria Associação dos Amigos e Melhoramentos de Manique de Baixo e Adroana e Madalena, voluntária na Associação Criativa onde colabora na promoção de atividades culturais e ambientais no concelho de Cascais. Por outro lado, esta utilizadora está também inscrita no Programa Tutor de Bairro, não tendo até àquela data iniciado funções formalmente, no entanto, já estava a desenvolver algum trabalho relacionado com o programa, que cria a figura de tutor do bairro que pretende ser um interlocutor privilegiado

entre a população local e os serviços da autarquia. Estes cidadãos têm como principal missão monitorizar, na sua área de residência, o estado da limpeza urbana, recolha de resíduos, espaços públicos verdes urbanos, espaços de jogo e recreio, calçadas, passeios, iluminação, estacionamento, segurança pública, entre outras situações.

Relacionando uma cidade mais ativa com um olhar mais atento em relação à comunidade, ao bairro e às zonas envolventes, que leva ao contacto com as entidades a quem compete manter o espaço público, procurámos saber sobre os hábitos de informar as entidades responsáveis sobre anomalias nas áreas da sua residência e da horta. Apenas três dos utilizadores entrevistados não têm esse hábito. Os restantes salientam a importância e a facilidade em comunicar com a autarquia:

“Hoje em dia é fácil. Muita coisa se resolve mais facilmente com um e-mail. Os serviços da câmara não podem estar em todas as esquinas, se ajudarmos um bocadinho, é melhor para todos.”

(Ângela)

Madalena assume que comunica “de forma recorrente, e de forma muito natural as anomalias” que vai identificando nas zonas por onde passa. Leonor assume que desde que passou a ter a horta ficou mais atenta à envolvente e conclui dizendo que normalmente tem resposta por parte de todas as entidades envolvidas.

Procurámos entender que influência é que a participação no programa teve para cada um dos hortelãos, enquanto cidadão. Constatámos que a relação não era de imediato estabelecida. No entanto, os utilizadores manifestaram a perceção de algumas alterações de comportamentos que entendemos contribuir para o exercício de uma cidadania mais ativa, nomeadamente uma maior atenção dada à zona envolvente à horta e à comunidade em geral, bem como uma maior consciência relativamente às questões ambientais. Madalena ilustra esse sentimento:

“Há coisas que nós começamos a ter muito mais presentes, nomeadamente, a noção do consumo dos biológicos, a importância da compostagem para reduzir o desperdício alimentar, tudo isso me fez ter uma preocupação completamente diferente (...) passar a reciclar tudo, não mandar desperdício alimentar para o lixo (...) até já dei aulas de reciclagem e compostagem na escola do meu filho para os miúdos ficarem a ter numa noção”.

Também José manifesta o sentimento de uma responsabilidade acrescida:

“(...) eu já era muito consciente dos problemas ambientais, (...) mas este projeto fez-me perceber que há muitos benefícios sociais, nas hortas (...) o que me dá a obrigação de fazer mais pela comunidade.”

Este espírito comunitário que surge da participação das hortas é também expresso por Almeida:

“Acho que me preocupo mais com o bairro e com os vizinhos, porque ficámos amigos.”

Bela refere também uma maior ligação ao próprio espaço e um sentimento de querer tomar conta, zelar:

“Acho que me sinto mais responsável por este espaço”.

Tal como na pesquisa de Dean (2001), que adianta que nos últimos anos, os problemas ambientais têm sido determinantes para o desenvolvimento do conceito de cidadania, o carácter global das questões ambientais, por outro lado, deve-se também à ideia de que, ambientalmente, os cidadãos têm mais responsabilidades que direitos.

Tal como no estudo de Armstrong (2000) também encontramos evidências que as hortas comunitárias agem como catalisadoras para os residentes começarem a envolverem-se em outros assuntos na comunidade:

“Fiquei mais atenta ao que me rodeia, acho que passei a ter uma cidadania mais ativa. Os serviços da Câmara não podem estar em todo o lado e estamos a ajudar se informarmos sobre o que se vai passando á nossa volta e alertar.”

(Leonor)

Outra evidência de cidadania encontrada prende-se com um facto curioso e que surgiu de forma espontânea, ou seja, sem a interferência da autarquia, foi a cotização de hortelãos na Quinta dos Lombos, já referido anteriormente. A ideia surgiu dos participantes como forma de poderem fazer pequenos melhoramentos e ações comuns no espaço da horta, revelando uma relação de responsabilidade para com o projeto e com a comunidade de hortelãos.

3.4 Súmula de resultados

Procurámos ao longo da investigação entender a participação em todas as fases do processo. Ou seja, não procurámos apenas identificar as motivações dos utilizadores, mas também perceber como é que essa participação se faz e que resultados daí advêm.

A principal conclusão diz precisamente respeito aos resultados da participação e aos efeitos inesperados, sentidos pelos utilizadores. Os dados recolhidos sugerem que se por um lado as suas motivações tinham uma forte componente individual, por outro lado o que surgiu da sua participação, foram essencialmente resultados coletivos, contrariando a tendência individualista.

Ao analisarmos as motivações para a participação identificadas pelos utilizadores do programa de hortas comunitárias de Cascais, identificamos o gosto pelo contacto com a natureza, a melhoria da qualidade da alimentação, a melhoria da economia

doméstica, a ocupação de tempos livres, a transmissão de saberes aos filhos e a tradição cultural ou familiar. Motivos estes, de índole individual. Apenas a procura do convívio foi referida como uma motivação com carácter não individual. Ainda que a procura do convívio possa ter uma origem individual, isto é, não querer estar sozinho, conviver implica quase sempre o contacto interpessoal e o estabelecimento de relações sociais.

Por outro lado, ao tomarem a decisão de participar no programa, os entrevistados esperavam alcançar diversos benefícios, todos eles também de natureza individual: melhoria da alimentação familiar, melhoria da economia doméstica, ocupação do tempo livre de forma saudável, estilo de vida mais sustentável e a melhoria da qualidade de vida. A motivação relacionada com a preocupação em consumir produtos hortícolas criados sem recurso a produtos químicos foi a motivação que mais se salienta das entrevistas realizadas. A possibilidade de consumir produtos mais frescos, sem os constrangimentos de transporte e conservação próprios dos produtos comercializados pelas grandes superfícies, é um contributo de peso para a decisão de participar neste tipo de atividades agrícolas coletivas.

Constatámos ao analisar a forma como participam, que os intervenientes foram estreitando as relações entre si, criando um sentimento de grupo e adquirindo uma maior consciência do coletivo. A partilha de materiais, sementes, conhecimentos, as conversas sobre os assuntos da horta, os objetivos comuns conduziram ao desenvolvimento e estreitamento destas relações e à criação do sentimento de pertença a um grupo, que de outra forma não teria surgido. Reconhecendo os ganhos a nível individual, interpessoal e comunitário da sua participação no programa de hortas, os intervenientes no estudo destacam na sua maioria os ganhos numa perspetiva coletiva, ou seja, reconhecem mais facilmente os benefícios que o projeto trás à comunidade como um todo e não a si, em particular. Este sentimento de pertença ao grupo, tão salientado pelos intervenientes, funciona como catalisador para a aquisição de competências cívicas e um conseqüente desempenho de uma cidadania mais ativa, uma vez que a sua participação no projeto permite uma visão diferente sobre o que os rodeia e sobre

o coletivo onde estão inseridos, bem como uma própria valorização do seu papel enquanto cidadãos, proveniente da responsabilidade de estar inserido no programa. Ao passarem por este processo de participação, a comunidade e os indivíduos ganham novas competências não só individualmente, como também do ponto de vista comunitário. Ora, o estreitamento de relações que resultam da sua participação nas atividades hortícolas, os valores comuns inerentes à participação no programa e a confiança gerada pelo sentimento de pertença, afiguram-se como o cenário ideal para a criação de capital social.

Ao analisar o processo de participação, os dados recolhidos levam-nos a concluir que as hortas comunitárias de Cascais ao albergarem os três pilares do desenvolvimento sustentável e considerando o contexto urbano onde se inserem, podem ser alavancas para a sustentabilidade local.

No campo ambiental, a sua existência contribui para a proteção da biodiversidade, melhoria do micro clima local, gestão de resíduos orgânicos mais eficientes e na promoção e divulgação da agricultura biológica e sustentável. É também reconhecido o seu potencial de combate às alterações climáticas.

Consideramos os resultados da participação bastante positivos para a sustentabilidade local e destacamos a vertente social. Os dados apurados sugerem que o reforço das relações sociais, a promoção da coesão e inclusão social são facilitadores do estreitamento das relações de vizinhança que por sua vez estimulam o desenvolvimento do sentido de comunidade. Por outro lado, ao favorecerem a aquisição de competências, estimulam a cidadania e a participação e envolvimento em outros projetos e assuntos da comunidade, contribuindo assim para empoderar os participantes criando um cenário favorável à geração de capital social. E porque quando falamos de desenvolvimento sustentável, falamos também da vertente económica, neste campo, foi também reconhecido um contributo da participação no projeto para a melhoria da economia familiar. Neste sentido, os dados sugerem haver uma relação positiva entre os resultados identificados da participação no projeto e o desenvolvimento sustentável local.

Conclusões

Os benefícios das hortas urbanas, em especial as de carácter comunitário têm sido alvo de diversos estudos no âmbito do seu contributo para o desenvolvimento sustentável. Aliás, grande parte dos projetos implementados estão inseridos no âmbito de políticas de sustentabilidade. A maior parte dos estudos sobre hortas urbanas tem incidido sobre o seu contributo para o desenvolvimento sustentável a nível ambiental. Procurámos com esta pesquisa abordar a agricultura urbana, na forma de hortas comunitárias, sob uma perspetiva centrada na participação dos cidadãos. Numa época em que se debatem, com frequência, os benefícios da participação cidadã, têm surgido um pouco por todo o país iniciativas comunitárias que promovem a intervenção direta dos cidadãos na sociedade. Exemplo disso é o Orçamento Participativo (OP), um instrumento de democracia participativa que tem proliferado um pouco por todo o país e que tem estimulado a participação dos cidadãos em diversas áreas. Aliás, alguns dos projetos de hortas comunitárias, não só em Cascais como em outros municípios, foram criados como resultado de candidaturas a processos de Orçamento Participativo, o que revela também o interesse dos cidadãos por este tipo de atividades coletivas.

Para além de todos os problemas ambientais associados aos grandes centros urbanos, as cidades atuais lidam ainda com graves problemas a nível social. A degradação das infraestruturas urbanas, a ausência de coesão social, as dificuldades de integração social, resultados dos fluxos migratórios que criam sociedades multiculturais, a quebra nas relações de vizinhança e o individualismo são alguns dos desafios que as autarquias locais enfrentam atualmente e nas quais as hortas comunitárias podem ter um papel relevante na inversão destas tendências.

Assim, procurámos com esta pesquisa abordar a agricultura urbana, na forma de hortas comunitárias, na perspetiva da participação dos cidadãos. Percorremos a participação no programa de hortas desde as suas entradas (inputs) até às suas

saídas (outputs). Procurámos perceber o que faz os cidadãos participar, de que forma participam e o que resulta dessa participação.

O primeiro objetivo consistia em caracterizar as motivações dos utilizadores para a participação no programa. Para compreender porque é que as pessoas participam, identificámos as motivações que estiveram na origem da tomada de decisão de adesão ao projeto, bem como os benefícios esperados com essa mesma participação. Verificámos que os cidadãos são motivados pelo gosto do contacto com a natureza, pela perspetiva da melhoria da qualidade da alimentação e em alguns casos pela possibilidade de poupança na compra de bens horto frutícolas. Os utilizadores foram também motivados pela possibilidade de ocupar o tempo livre de forma saudável e de transmitir aos filhos conhecimentos e experiências relacionados com o meio ambiente e a natureza. Foi ainda identificada uma motivação de carácter familiar, ou seja, muitos hortelãos inscreveram-se no programa porque tinham raízes e recordações ligadas ao mundo rural.

No que diz respeito aos benefícios esperados da participação, identificámos que os utilizadores pretendiam a melhoria da alimentação familiar, não só pela possibilidade de produzir os seus próprios alimentos, sem recurso a produtos químicos, como também pelo sentimento de independência face aos produtos comercializados nas grandes superfícies. A poupança familiar proveniente desta produção própria foi também outro dos benefícios esperados. Outros dos benefícios esperados prendem-se com a melhoria da qualidade de vida resultante do contacto com a natureza e do consumo de bens alimentares mais saudáveis. Também ocupação do tempo livre e a adoção de um estilo de vida mais sustentável foram identificados como os principais benefícios esperados da participação no programa.

O segundo objetivo compreendia a caracterização da participação, como forma de entender como é que os utilizadores participam, que relações estabelecem entre si e quais as suas perceções relativamente aos benefícios da participação ao nível individual, interpessoal e comunitário. Constatámos que os utilizadores foram criando relações entre si, resultado do tempo passado na horta em comum. Os

participantes partilham materiais, sementes, conhecimentos e conversam sobretudo sobre os assuntos da horta e da sua envolvente. A obrigatoriedade da gestão dos espaços comuns conduziu ao estreitamento das relações e à necessidade de se articularem entre si, estimulando a criação do sentimento de pertença a um grupo e adquirindo assim uma maior consciência do coletivo.

Verificámos também que os hortelãos identificaram ganhos a nível individual, interpessoal e comunitário. Se por um lado reconhecem os benefícios que a participação no projeto lhes trás a nível individual e interpessoal relacionados com a alimentação e contacto com a natureza, por outro lado destacam essencialmente os ganhos para a comunidade, nomeadamente, a boa utilização dos espaços públicos, evitando a degradação de certas zonas, as interações entre os participantes e a criação do espírito de grupo e, por último, o despertar para uma cidadania mais ativa e uma maior consciência das problemáticas ambientais.

No terceiro objetivo propusemo-nos a caracterizar os resultados da participação no projeto. Nesta análise, constatámos que as hortas comunitárias favorecem o empoderamento dos cidadãos através do seu contributo para crescimento organizacional do projeto, que lhes vai proporcionando experiências *capacitantes* e *empoderadoras*.

Também verificámos que os cidadãos envolvidos neste projeto estão mais atentos aos assuntos comuns e que a participação no projeto cria um sentimento de responsabilidade para com o espaço hortícola e sua envolvente. A participação no programa potencia ainda o envolvimento em outros assuntos da comunidade.

Por último, as evidências encontradas sugerem que o programa reúne em si um cenário favorável à geração de capital social. A partilha de recursos, o estreitamento de relações que resultam do contacto interpessoal gerado nas atividades hortícolas, os valores e normas comuns inerentes à participação no programa e a confiança gerada pelo sentimento de pertença, são elementos presentes no programa e que expressam o seu potencial para a criação de capital social.

Sugerimos às autarquias locais o desenvolvimento e implementação de projetos de hortas urbanas nos seus territórios procurando assim dar resposta aos desafios que atualmente se colocam aos centros urbanos. Os dados recolhidos evidenciam que este tipo de projetos pode contribuir para fazer face e eventualmente colmatar diversos problemas relacionados a gestão do espaço público, reabilitação urbana, desagregação social, poluição atmosférica, coesão e integração social, entre outros.

Na análise aos resultados da nossa pesquisa e suas conclusões devemos ter em linha de conta algumas limitações ao nosso estudo. As conclusões deverão ter em atenção a natureza e características próprias deste programa bem como o contexto socioeconómico em que se insere. Ou seja, estas conclusões não deverão ser extrapoladas para qualquer projeto de hortas comunitárias dada a natureza diversa dos projetos existentes.

Dada a diversidade e quantidade de projetos de hortas urbanas existentes em Portugal, sugere-se a realização de um levantamento a nível nacional que permitisse identificar a localização dos projetos, a natureza das entidades promotoras e as suas principais características de modo a facilitar o desenvolvimento de pesquisas nas áreas ambiental, social e económica. Sugere-se também o desenvolvimento de mais estudos sobre a participação em projetos de hortas comunitárias e os seus efeitos para a comunidade, bem como pesquisas sobre a dimensão social dos projetos de hortas comunitárias, nomeadamente sobre as motivações dos indivíduos para participar neste tipo de projetos, assim como os benefícios alcançados em termos individuais e comunitários. Outra perspetiva que sugerimos abordar em estudos futuros é a da relação deste tipo de projetos com o capital social.

A promoção da sustentabilidade e a participação ao nível local faz-se através da valorização dos recursos existentes, colocando-os à disposição dos cidadãos para fazer face às necessidades sentidas naquele território, sejam elas de carácter económico ou social, as hortas comunitárias devem ser encaradas como uma resposta objetiva e pragmática a estes desafios.

Referências Bibliográficas

- Alaimo, K., Reischl, T. M., Allen, J. O. (2010). Community gardening, neighborhood meetings, and social capital. *Journal of community psychology*, 38(4), 497-514.
- Albuquerque, R. (2008). Associativismo, capital social e mobilidade: contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal.
- Armstrong, D. (2000). A survey of community gardens in upstate New York: Implications for health promotion and community development. *Health & place*, 6(4), 319-327.
- Arnstein, Sherry R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), p.216-224.
- Baker, S. (2006). *Sustainable Development*. Oxon, Nova York, Routledge
- Bardin, L. (1977). *Content analysis*. São Paulo: Livraria Martins Fontes.
- Bourdieu, P. (1986) The forms of capital. *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (New York, Greenwood), 241-258.
- Cabral, Manuel Villaverde (2000) O exercício da cidadania política em Portugal, *Análise Social*, Vol. XXXV, nº 154-155
- Câmara Municipal de Cascais (2009), Hortas de Cascais, <http://www.hortasdecascais.org/conteudo.php?m=2>
- Câmara Municipal de Cascais (2015), Agenda Cascais 21, <http://www.cm-cascais.pt/sub-area/agenda-cascais-21>
- Carmo, H., Ferreira, M. (1998) *Metodologia da investigação*. Guia para auto-aprendizagem, Lisboa: Universidade Aberta.
- Clavin, A. (2011). Realising ecological sustainability in community gardens: a capability approach. *Local Environment*, 16(10), 945-962.
- Coleman, J. (1990). *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Harvard University Press.
- Dean, H. (2001). Green citizenship. *Social policy & administration*, 35(5), 490-505.
- Dagger, R. (1997). *Civic virtues: Rights, citizenship, and republican liberalism*. Oxford University Press.

- Dean, H. (2001). Green citizenship. *Social policy & administration*, 35(5), 490-505.
- Deelstra, T., Girardet, H. (2000). Urban Agriculture and Sustainable Cities, Thematic Paper 2. In: Bakker, N., et al., *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda*. Feldafing: Deutsche Stiftung für International Entwicklung
- FAO (2001). Urban and Peri Urban Agriculture: A briefing guide for the successful implementation of Urban and Peri-urban Agriculture in Developing Countries and Countries of Transition. disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/templates/FCIT/PDF/briefing_guide.pdf
- FAO (2007). Profitability and Sustainability of urban and peri-urban agriculture. disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1471e/a1471e00.pdf>;
- Ferris, J., Norman, C., Sempik, J. (2001). People, Land and Sustainability: community gardens and the social dimension of sustainable development. In. *Social Policy & Administration*. 35:5, 559-568, Blackwell Publishers
- Firth, C., Maye, D., Pearson, D. (2011). Developing “community” in community gardens. *Local Environment*, 16(6), 555-568, Taylor & Francis
- Flick, U. (2006). *Designing qualitative research*. Sage.
- Ghiglione, R.; Matalon, Ben. (1997). *O inquérito – Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora
- Glover, T. D., Shiness, K. J., Parry, D. C. (2004). Leisure spaces as potential sites for interracial interaction: Community gardens in urban areas. *Journal of leisure research*, 36(3), 336.
- Glover, T. D., Shiness, K. J., Parry, D. C. (2005). Association, sociability, and civic culture: The democratic effect of community gardening. *Leisure Sciences*, 27(1), 75-92.
- Grootaert, C., Van Bastelaer, T. (2002). *Understanding and measuring social capital*.
- Guerra, Isabel Carvalho (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Princípia. Cascais
- Holland, L. (2004). Diversity and connections in community gardens: a contribution to local sustainability. In: *Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability*, 9:3, 285-305, Routledge
- IAP2 (2006). *Planning for effective public participation: students manual*. Toronto

- Kingsley, J., Townsend, M. (2006). Dig in'to social capital: community gardens as mechanisms for growing urban social connectedness. *Urban Policy and Research*, 24(4), 525-537.
- Krasny, M. E., Tidball, K. G. (2009). Community gardens as contexts for science, stewardship, and civic action learning. *Cities and the Environment (CATE)*, 2(1), 8.
- Lichtfouse, E., Hamelin, M., Navarrete, M., & Debaeke, P. (Eds.). (2009). Sustainable agriculture (p. 919). Netherlands: Springer.
- Lin, N. (1999). Building a network theory of social capital. *Connections*, 22(1), 28-51.
- Marshall, T. H. (1950). *Citizenship and social class* (Vol. 11, pp. 28-29). Cambridge.
- Milligan, K., Moretti, E., Oreopoulos, P. (2004). Does education improve citizenship? Evidence from the United States and the United Kingdom. *Journal of public Economics*, 88(9), 1667-1695.
- Mougeot, L. (2000). Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, Thematic Paper 1. In: Bakker, N., et al., *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda*. Feldafing: Deutsche Sitffung fur International Entwicklung
- Okvat, H., Zautra, A. (2011). Community gardening: a parsimonious path to individual, community and environmental resilience. In: *American Journal of community psychology*, 47:374–387, Springer
- Pateman, C. (1970). *Participation and democratic theory*. Cambridge University Press.
- Pearson, D. , Henryks, J., Turner, B. (2011). Community gardens: sustainability, health and inclusion in the city. *Local Environment*, 16(6), 489-492.
- Perkins, D. D., Brown, B. B., & Taylor, R. B. (1996). The ecology of empowerment: Predicting participation in community organizations. *Journal of Social Issues*, 52(1), 85-110.
- Perkins, D., Zimmerman M. (1995). Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. *American Journal of Community Psicologia*. Oct. v. 23. n. 5. p. 569-79. Springer
- Pinto, R. (2007). *Hortas Urbanas: Espaços para o Desenvolvimento Sustentável de Braga*. Tese de mestrado em Engenharia Municipal, Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Braga

Portes, A. (2000). Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, problemas e práticas*, (33), 133-158.

Presidência do Conselho de Ministros, (2006). Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2007, Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, [pdf] Lisboa. Disponível em: <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=143&sub2ref=734> [Acedido em 14 de dezembro de 2014].

Pretty, J., Ward, H. (2001), *Social capital and the environment*, World Development, Vol. 29, No. 2, Pergamon

Putnam, R. D. (1993). The prosperous community. *The american prospect*, 4(13), 35-42.

Putnam, R. D. (1995). Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of democracy*, 6(1), 65-78.

Quivy, R., Campenhoudt, L.V. (2013). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva. Lisboa

RTP (2013). *Em nome da terra*: Gonçalo Ribeiro Telles, Saldanha, R. (autoria e realização), Ferraz, M. (produção), reportagem de televisão, Lisboa

RUAF Foundation (2016). *Urban agriculture: what and why?*, dispo nível online: <http://www.ruaf.org/urban-agriculture-what-and-why>

Selman, P., Parker, J. (1997). Citizenship, civicness and social capital in Local Agenda 21. *Local Environment*, 2(2), 171-184.

Shinew, K. J., Glover, T. D., Parry, D. C. (2004). Leisure spaces as potential sites for interracial interaction: Community gardens in urban areas. *Journal of leisure research*, 36(3), 336.

Smit, J., Nasr, J., Ratta, A. (2001). Cities that feed themselves. In *Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities*. EUA: The Urban Agriculture Network, Inc.;

Soromenho-Marques, V. (2005). Raízes do Ambientalismo em Portugal, *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2005, pp. 127-144, disponível online: <http://www.viriatosoromenho-marques.com/Imagens/PDFs/Ambientalismo%20PT%20VIIC%202005.pdf>

Stocker, L., Barnett, K. (1998). The significance and praxis of community-based sustainability projects: Community gardens in Western Australia. *Local Environment*, 3(2), 179-189.

Turner, B. (2011). Embodied connections: sustainability, food systems and community gardens. In: *Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability*, 16:6, 509-522, Routledge

Twiss, J., Dickinson, J., Duma, S., Kleinman, T., Paulsen, H., & Rilveria, L. (2003). Community gardens: lessons learned from California healthy cities and communities. *American journal of public health*

UNCED - United Nations Conference on Environment and Development (1992). Agenda 21, Rio de Janeiro, [online]Disponível em: <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>

UNRIC – United Nations Research and Information Center (2016). Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, disponível online em : <http://www.unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel?start=5>

Vaz, S. G., Delfino, Â. (2010). Manual de ética ambiental. Lisboa, Universidade Aberta.

Verba, S., Schlozman, K, Brady, H. (1995), *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*, Cambridge/London: Harvard University Press.

World Commission on Environment and Development (1987). *Our Common Future*, New York, Oxford, University Press.

Woolcock, M., & Narayan, D. (2000). Social capital: Implications for development theory, research, and policy. *The world bank research observer*, 15(2), 225-249.

World Summit on Sustainable Development (2002). Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development, Joanesburgo [online] Disponível em: http://www.un.org/jsummit/html/documents/summit_docs/131302_wssd_report_reissued.pdf [acedido em 3 de dezembro]

Xavier, S. (2007). Usos da ruralidade na arquitectura paisagista. *Etnográfica*. *Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 11(1)), 165-188.

Yin, R. (2003), *Case Study Research: Design and Methods*, Volume 5 de *Applied Social Research Methods*, Sage Publications

Zeeuw, H. (2011), Cities, Climate Change and Urban Agriculture. In: Urban Agriculture Magazine, number 25, [online] Disponível em:
<http://www.ruaf.org/sites/default/files/UAM%2025-Cities,%20Climate%20Change%2039-42.pdf>

Zeeuw, H., Guendel, S., Waibel, H. (2000). The integration of agriculture in urban policies, Thematic Paper 7. In: Bakker, N., et al, Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. Feldafing: Deutsche Stiftung für International Entwicklung

Anexos

Anexo I Mapa de Localização das Hortas Comunitárias de Cascais



Anexo II Guião da entrevista aos participantes no PHCC

1. Qual a sua idade
2. Qual a sua formação académica/escolaridade?
3. Qual a sua atividade profissional?
4. Qual o rendimento mensal líquido do seu agregado familiar?
5. Fora as obrigações do trabalho, casa, pessoais e familiares, quanto tempo livre tem em média por semana?
6. Como teve conhecimento da existência do programa de hortas?
7. O que é que o levou a participar no programa?
8. Que benefícios espera desta participação no programa?
9. Que tipo de cultura pratica na horta?
10. Quanto tempo passa em média na horta, por semana?
11. Com que frequência está na Horta com outros hortelãos?
12. Partilham materiais, sementes, experiências e conhecimentos?
13. Que assuntos abordam quando estão juntos? Falam da horta? Do bairro? Do estado do país? Do Mundo?
14. Costumam encontrar-se sem ser nas Hortas? Participam em mais algum projeto juntos?
15. O que é que espera, em termos pessoais, alcançar com a sua participação?
16. O que é que espera que a participação no programa traga aos seus utilizadores?
17. O que é que espera que este programa traga para a comunidade?
18. Acha que com a participação no programa adquiriu novas competências, conhecimentos que o ajudam noutras áreas da sua vida? Sente-se mais capacitado?

19. Costuma envolver-se e participar em outros assuntos/projetos da comunidade/vizinhança?
20. Tem por hábito reportar/reclamar junto das autoridades competentes, anomalias no espaço público da sua área de residência?
21. Que influência é que a sua participação no programa teve em si, enquanto cidadão?
22. Para além da Horta, faz parte de mais alguma associação, clube, ou outro tipo de grupo informal?
23. Em caso afirmativo, qual o propósito desse grupo e como é constituído?
24. Acha que as regras de participação no projeto estão bem definidas? Concorda com elas?
25. Em caso de impossibilidade de tratar da sua horta, pediria a um dos seus colegas hortelãos para cuidar dela na sua ausência?